



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO-----

----- ATA NÚMERO VINTE E SEIS DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Moura, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor José Domingos Negreiros Velez, coadjuvado pelo Senhor Carlos António Couraça Calhau e pela Senhora Marisa Isabel Rodrigues Moita Ferreira, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária em exercício. -----

-----Assinaram a "Lista de Presenças" (DOC.01/26), para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

-----António José dos Santos Gomes; Maria Helena Gomes da Costa Pais; José Francisco Lúcio Galego; Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro; Rui Pedro de Jesus Rodrigues; Gabriel Gustavo Boto Ramos; José António Prata Caeiro; Ana Maria Charrama Farinho; José Maria Prazeres Pós-de-Mina; Maria José Fialho Silva; Carlos Octávio Lúcio do Carmo; Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita; Diamantina do Carmo Chagas Escoval; João António Ramos Diniz; Alfredo Manuel Frasquilho Guerra - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; António Limpo Montezo - Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel; Bruno Miguel Valente Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça; Francisco Manuel Canudo Sena - Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador e Francisco José Gualdino de Almeida Candeias - Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. -----

-----A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores André Albino Linhas Roxas; José Francisco Calado Banha; Ana Paula Ventinhas Albardeiro Santana; Cidália Isabel Floreano Figueira e Lurdes da Conceição Pé Curto Balola. -----

-----Nos termos dos artigos 27º e 28º, do Regimento da Assembleia Municipal, pediram substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, os seguintes membros: -----

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----João Augusto Espadeiro Ramos, tendo sido substituído pela Senhora Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro; Dulce Isabel Filipe Batista, tendo sido substituído pelo Senhor José António Prata Caeiro; André Claro Amaral Ventura, tendo sido substituído pelo senhor Jonas António Condeça Castelhana; José António Linhas Roxas de Oliveira, tendo sido substituído pela senhora Diamantina do Carmo Chagas Escoval e José Prata Batista, tendo sido substituído pela Senhora Amélia de Jesus Martins Raimundo Bandeira. -----

-----Verificou-se a ausência de Jonas António Condeça Castelhana e de Amélia de Jesus Martins Raimundo Bandeira, do Partido Chega. -----

-----Faltou à sessão ordinária, o membro da Assembleia Municipal, Nuno Miguel Sousa Franco, da bancada do CH – Chega. -----

-----Às vinte horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam passar ao período destinado à análise da correspondência recebida e considerada mais relevante. -----

-----Observando não haver intervenções, o Senhor Presidente informou que passariam ao período de intervenção do público. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----O senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições para as intervenções do público. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o munícipe António Gato, natural e residente da Freguesia de Santo Amador, salientou ser um dos membros que integravam a Comissão de Luta pela Reposição da Freguesia de Santo Amador. Seguidamente, lembrou que o senhor Presidente da Assembleia, nas últimas sessões da Assembleia Municipal, tinha manifestado estar disponível para reunir com a comissão, salientou que a referida comissão continuaria a estar disponível para se reunir com o senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia, informou que continuava a estar disponível para reunir com a referida comissão, contudo a reunião ainda não se tinha realizado por tencionar ter mais informação, por parte da Assembleia da República, sobre o assunto, bem como quem iria ser a Comissão na Assembleia da República que trataria dos assuntos sobre a desagregação das freguesias. Por fim, informou que quando as comissões na Assembleia da República, estivessem todas definidas entraria em contato com a comissão responsável pelo assunto em causa e posteriormente seria efetuada a reunião com a Comissão de Luta pela Reposição da Freguesia de Santo Amador. -----

-----Verificando não haver mais intervenções do público, o senhor Presidente, informou que iriam passar ao período antes da ordem do dia.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia informou que iriam iniciar o Período Antes da Ordem do Dia com a votação da Ata número vinte e quatro de dois mil e vinte e quatro, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e sete de fevereiro. -----

-----**Apreciação e Votação da Ata n.º 24/2024 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27 de fevereiro. (DOC. 02/26)**-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Verificando não haver inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação.-----

-----**Deliberado, por maioria, com dezassete votos a favor e cinco abstenções, aprovar a ata n.º 24/2024 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte e sete de fevereiro.**-----

-----Seguidamente, no tocante aos pontos número três e quatro da ordem do dia e dado que um documento do ponto três apenas deveria ser deliberado posteriormente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

ao documento do ponto quatro, o senhor Presidente solicitou que caso ninguém se opusesse, seria efetuada a troca dos mesmos, passando a Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, a respetiva Avaliação e Votação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2023, nos termos do disposto no n.º2, do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal de Moura para o Ponto número três e a Proposta de Integração do Saldo de Gerência e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano para 2024-2028 e Orçamento para o ano de 2024, para o Ponto número quatro da respetiva Ordem do Dia. -----

-----A eleita Ana Farinho, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Seguidamente, em nome da bancada da CDU (Coligação Democrática Unitária) apresentou a seguinte tomada de posição, a qual passou a citar: **(DOC.03/26)**

-----**“PROPOSTA**-----

-----**TOMADA DE POSIÇÃO**-----

-----**EM DEFESA DO CONCELHO DE MOURA**-----

-----*O concelho de Moura, como a larga maioria das regiões do interior do país, tem assistido ao agravamento de problemas estruturais que não sendo novos nem novidade para ninguém, urge ter sempre presentes para uma permanente reivindicação de soluções junto das entidades competentes.* -----

-----*Ano após ano, a progressiva perda de população no nosso concelho, não sendo fenómeno isolado na nossa região nem nas zonas em que o peso da interioridade surge quase como uma inevitabilidade tem, no entanto, um denominador comum: o desinvestimento e a desresponsabilização do poder central em matérias que são da sua exclusiva competência.* -----

-----*É inegável que o despovoamento das nossas terras está intrinsecamente ligado à falta de condições para que as pessoas nelas se mantenham, desde logo, pela falta de trabalho efetivo e contínuo, noutros tempos, com uma base essencialmente rural e agrícola que foi dando lugar à introdução de maquinaria que exige menos mão-de-obra, a novas culturas, mas, sobretudo, a condições de trabalho pouco dignas e atrativas para os jovens. Simultaneamente, sem grandes alternativas de emprego noutros setores e com o crescente desinvestimento nos serviços públicos essenciais,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

muitos, veem-se perante a forçosa opção de procurar melhores condições de vida nos grandes centros urbanos, nas zonas do litoral e, cada vez mais, fora do país. -----

-----Desde modo, é importante e cada vez mais urgente, inverter esta tendência que tem vindo a agravar-se sem que os sucessivos governos, nos últimos anos, tenham mostrado vontade e a audácia suficiente para mudar o paradigma de desenvolvimento no interior do território nacional.-----

-----O concelho de Moura, inserido numa região em que o desinvestimento tem sido evidente, não foge à regra, sentindo-se essas dificuldades desde logo:-----

----- - Na falta de requalificação das nossas vias – sob responsabilidade do poder central – as quais se encontram bastante degradadas, bem como a necessidade de transportes coletivos regulares e de qualidade; -----

----- - Na falta de condições na prestação de serviços de saúde, em tempo e abrangentes, sendo o Centro de Saúde de Moura insuficiente – quer em termos de profissionais, prestação de serviços de saúde especializados quer de condições dos seus equipamentos e instalações – distando do Hospital de Beja mais de 50 Km's e sobre o qual se encontra por concretizar a construção de uma segunda fase, tão necessária às populações desta região; -----

----- - Na insuficiência dos efetivos das forças de segurança, principalmente nas freguesias rurais, onde não existe um policiamento de proximidade 24 horas/dia, bem como a degradação das suas instalações, equipamentos e condições de trabalho; -----

-----No não aproveitamento de todas as potencialidades de Alqueva e a perspetiva de redução da área do bloco de rega inicialmente previsto para o concelho de Moura; neste quesito importa analisar se o modelo implementado gerou desenvolvimento – se serviu o propósito de travar a perda de população e reduzir o desemprego, se existiu uma dinamização do desenvolvimento económico da região associado à melhoria das condições de vida das pessoas, aumentando a coesão social e, simultaneamente, respeitando os valores culturais e ambientais do território; -----

----- Na ligeireza com que se apressou a descentralização de competências, em diversas áreas que estavam sob a responsabilidade do poder central, com especial enfoque na área da Educação onde já é por demais evidente que, atualmente, os custos com as novas responsabilidades superam, em muito, as transferências de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

verbas feitas para a Autarquia. Refira-se quanto a isso, também nesta área, o atraso nas verbas necessárias para fazer face à construção de novos equipamentos previstos.

-----Existe, no concelho de Moura e na região, um conjunto de investimentos estratégicos identificados, os quais têm vindo a ser reconhecidos por um amplo leque de instituições, estruturas e forças políticas. Nesse sentido, é urgente exigir-se uma maior articulação na implementação dos mesmos e uma efetiva ação do Estado para a sua concretização.-----

-----Perante tudo isto, e em face de um novo quadro político resultante das eleições para a Assembleia da República, a Assembleia Municipal de Moura reunida em 29 de abril de 2024 reclama ao atual Governo, as medidas urgentes e necessárias para dar resposta às várias preocupações do concelho de Moura – muitas transversais ao interior do país – para um desenvolvimento harmonioso do território e que contribua para fixar a população, indo ao encontro dos seus interesses e aspirações. -----

-----Moura, 29 de abril de 2024 -----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura.” -----

-----No uso da palavra e com o intuito da proposta apresentada pela bancada da CDU ser analisada com algum tempo, o eleito Gabriel Ramos propôs que a mesma fosse analisada e deliberada no final da sessão da Assembleia Municipal.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia concordou com o proposto, pelo que a proposta de tomada de posição seria analisada e deliberada no fim da respetiva sessão. - -----

-----Embora o assunto já tivesse sido abordado pelo munícipe António Gato, o eleito Gabriel Ramos mencionou estarem preocupados com a situação da reposição das freguesias de Santo Amador, bem como com o processo de Safara e Santo Aleixo da Restauração, acrescentando não compreenderem o motivo pelo qual o senhor Presidente da Assembleia Municipal ainda não tinha agendado uma reunião com a Comissão de Luta pela Reposição da Freguesia de Santo Amador, para tentar perceber se a informação que a respetiva comissão detinha poderia ser uma mais-valia para os procedimentos do processo em causa. Continuando, referiu lamentarem que o Partido Socialista não tivesse tomado conta do assunto em questão e não o tivesse resolvido, pois como eleitos da Assembleia Municipal o interesse dos munícipes

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf. - 285 250 400 | Fax – 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipal@moura.cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

deveria ser sempre salvaguardado e tal não acontecia. Seguidamente questionou o Presidente da Assembleia Municipal sobre as ações que a Mesa da Assembleia Municipal tinha efetuado nos últimos meses para solucionar a questão da reposição da freguesia, qual era o ponto de situação relativamente ao processo de Safara e Santo Aleixo da Restauração e se o senhor Presidente pretendia que o assunto acerca da freguesia de Santo Amador fosse reagendado para análise e deliberação no órgão deliberativo. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, a eleita Helena Pais, recordou ao senhor Presidente da Câmara estar em falta a prestação de informações relativa à Assembleia Geral da Lógica, realizada em vinte de dezembro de dois mil e vinte e três, na qual tinha sido discutida e aprovada a proposta de nomeação do Revisor Oficial de Contas. Mencionou que na ata aprovada no início da sessão se podia ler que o senhor Presidente da Câmara iria clarificar as questões colocadas pela CDU, e que daria essas informações por escrito, o que não se verificou. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara disse: *“Muito boa noite a todos, senhoras e senhores eleitos da Assembleia Municipal, distinta mesa, público aqui presente, funcionários dos serviços do município. Falha minha, vou enviar informação ainda esta semana. Peço imensa desculpa.”* -----

-----Sobre a questão colocada acerca do processo da Freguesia de Santo Amador, o senhor Presidente da Assembleia Municipal tornou a frisar que continuava a manter disponibilidade em reunir, contudo e devido a alterações a nível da Assembleia da República não se iria resolver processo algum, exceto os que se encontravam em fase de conclusão. No tocante ao processo da Freguesia de Santo Amador, salientou que um dos problemas foi a sua má condução inicial, a qual fez com que o mesmo não tivesse chegado dentro dos prazos à Assembleia Municipal, embora se tivesse tentado resolver e ultrapassar a situação, contudo e assim que a nova comissão na Assembleia da República fosse constituída, iria entrar em contato com a mesma e posteriormente com a Comissão de Luta pela Reposição da Freguesia de Santo Amador, embora do ponto de vista prático não fosse tão simples dado que a nível de legislação para que fosse reconstituída a Junta de Freguesia de Santo Amador, as restantes juntas de freguesia também ficariam desagregadas. Finalizou comunicando que assim que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

falasse com quem de direito, não só comunicaria ao órgão deliberativo, como também à Comissão de Luta pela Reposição da Freguesia de Santo Amador e sua população. -

-----Relativamente ao processo em apreciação, o eleito José Pós-de-Mina mencionou que o que faltava era a deliberação por parte da Assembleia Municipal, motivo pelo qual a CDU continuava a insistir que o processo fosse agendado em Assembleia Municipal e fosse tomada uma posição acerca do processo de desagregação da Freguesia de Santo Amador, tal como havia acontecido com o processo de Safara e Santo Aleixo da Restauração. Continuando, referiu não ter existido nenhuma má condução do processo, mas sim uma falta de conjugação de vontade de diversos órgãos para que o processo fosse finalizado, tornando a frisar que o processo das Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração iniciou posteriormente ao da Freguesia de Santo Amador e foi deliberado antes devido à Junta de Freguesia ter dado parecer antes do parecer de deliberação da Assembleia de Freguesia das referidas freguesias. Prosseguiu, salientando que o que faltava no processo de desagregação da Freguesia de Santo Amador era uma deliberação por parte do órgão deliberativo, pelo que tornava a sugerir que o assunto fosse incluído na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal a fim de se dar andamento ao respetivo processo. -----

-----Indo de encontro à intervenção do eleito José Pós-de-Mina, o senhor Presidente da Assembleia comunicou que conjuntamente com um membro da Assembleia Municipal e com a Presidente da Assembleia de União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, ficou acordado que o assunto seria discutido em Assembleia Municipal, contudo e porque não existiu acordo maioritariamente por parte da Assembleia, o assunto não foi incluído para ser discutido e deliberado. Quanto ao processo das Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração, referiu que o mesmo teve seguimento por cumprimentos dos prazos, o que levou a que tivesse sido incluído na Ordem do Dia, discutido, deliberado e remetido à Assembleia da República. Relativamente ao processo da freguesia de Santo Amador e antes do mesmo ser agendado em Assembleia Municipal para discussão, deliberação e remetido à Assembleia da República, informou que iria falar com todas as entidades envolvidas.-----

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Ainda no tocante ao assunto em discussão sobre a reposição das freguesias, o eleito João Diniz lembrou que a posição do Partido Socialista sempre foi muito clara e nunca estiveram contra a reposição das freguesias rurais, mas sim com o facto de que a possível reposição de freguesia de Santo Amador viesse e implicasse a desagregação das duas freguesias urbanas, naquele caso de São João Batista e de Santo Agostinho, facto esse com o qual não concordavam.-----

-----Não se verificando mais intervenções, o Senhor Presidente prosseguiu com os trabalhos e informou que iriam passar à Ordem do Dia.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1. Proposta de Regulamento de Transmissão Áudio e Vídeo em Direto e Online das Reuniões dos Órgãos do Município de Moura. (DOC.04/26)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Verificando não haver inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação.-----

-----**Deliberado, por maioria, com vinte votos a favor e duas abstenções, aprovar a proposta de Regulamento de Transmissão Áudio e Vídeo em Direto e Online das Reuniões dos Órgãos do Município de Moura, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. --**-----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto dois da ordem do dia.-----

-----2. Proposta de Pagamento à União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, do Valor Correspondente ao Acordo de Execução – Componente Edifício dos Quartéis (WC's), com uma majoração de 50%. (DOC.05/26)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Verificando não haver inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação.-----

-----**Deliberado, por unanimidade, com vinte e um votos a favor, aprovar a proposta de Pagamento à União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, do Valor Correspondente ao Acordo de Execução – Componente Edifício dos Quartéis (WC's), com uma majoração de 50%, correspondente ao valor anual de nove mil e novecentos euros, apresentada pela Câmara Municipal de Moura.**-----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto três da ordem do dia.-

-----**3. Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, a respetiva Avaliação e Votação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2023, nos termos do disposto no n.º2, do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal de Moura. (DOC.06/26)**-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----A eleita Helena Pais começou por deixar claro que os eleitos da CDU sempre assumiram o compromisso de defesa dos interesses de todos os munícipes do concelho, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, o que se comprovava através de todas as questões e contributos efetuados e apresentados nas diversas matérias. Prosseguindo, salientou que a coligação tinha todo o interesse que a autarquia tivesse uma boa situação económica e financeira, no entanto ao analisarem o documento em apreciação ficavam apreensivos no tocante ao futuro do concelho, dado que o atual executivo para além de não assumir, também não mostrava um comprometimento com os graves constrangimentos das contas referentes ao ano transato, exemplificando através de duas situações, nomeadamente, a situação da transferência de competências na área da educação em que apenas num ano o défice era superior a quinhentos mil euros verificando-se, por parte do executivo camarário, uma total falta de reconhecimento e ausência de compromisso para a colmatar. A outra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

situação preocupante para a coligação era a situação financeira da Empreitada de Reabilitação da Escola dos Bombeiros, que embora todos quisessem que as escolas tivessem todos os recursos e condições físicas, era alarmante que apenas se tivesse obtido uma taxa de financiamento na ordem dos cinquenta por cento, não só originando um enorme buraco financeiro na autarquia, como comprometia e colocava em causa o investimento necessário na educação em todo o Concelho de Moura. Por fim e pelas razões apresentadas, informou que a CDU não poderia votar a favor da proposta apresentada. -----

-----Relativamente ao documento em apreciação, o eleito António Gomes, no uso da palavra lembrou que o Partido Socialista enquanto oposição, nunca optou pelo voto contra por não fazer sentido porque o que estava em causa era a apreciação do documento, da sua conformidade e do ponto de vista contabilístico e orçamental e aquilo que deveria ser efetuado era avaliar a execução do orçamento, nomeadamente em toda a abrangência dos projetos e investimentos efetuados pela autarquia. Seguidamente, salientou que o relatório do ROC (Revisor Oficial de Contas) tinha sido preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor, confirmando que a informação contida no mesmo era coerente com as demonstrações financeiras e orçamentais auditadas, sem que tivessem sido identificadas incorreções materiais. Continuando e tal como a coligação já os tinha acostumado com a sua oposição bastante assertiva e combativa, referiu que o voto contra não fazia sentido, contudo e porque se vivia num regime democrático, cada um detinha a opção que entendia sobre o assunto. Relativamente à preocupação da eleita Helena Pais sobre o estado das contas, mencionou não existirem razões para qualquer tipo de preocupação porque o que aparecia como indicadores menos positivos, tinha única e exclusivamente a ver com o facto de em dois mil e vinte e três, terem estado a decorrer um grande leque de investimentos, investimentos esses todos eles de grande importância para o concelho, ou seja, a maior parte do que aparecia de agravamento em termos de passivo, resultava em mais de noventa por cento, devido ao financiamento dos investimentos efetuados rececionado em dois mil e vinte e três não ter sido aplicável no respetivo ano, mas sim após o seu término, fazendo com que existisse um valor de diferimentos na área do passivo na ordem dos cinco milhões e meio de euros, acrescentando que o

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



volume financeiro representava um valor meramente conjuntural sem qualquer implicação a nível estrutural nas contas da autarquia. De acordo com o relatório verificava-se que a autarquia tinha um EBITDA positivo, os prazos médios de pagamento continuavam baixos, não existiam dívidas em atraso, a tesouraria estava sólida, as contas cumpriam os limites no tocante à margem do endividamento e a regra do equilíbrio orçamental era cumprida, existindo uma margem no valor de quase dois milhões de euros. Prosseguindo, mencionou que atualmente a situação era totalmente distinta do que era em mandatos anteriores, quer fosse por via dos indicadores e referências apresentadas pelo ROC, quer pelo elevado número de investimentos que estavam em causa e que embora representassem um elevado volume financeiro de investimentos, não representava um agravamento significativo da dívida da autarquia, pelo contrário, pois o endividamento da autarquia apenas teve um pequeno aumento devido ao recurso a empréstimos, empréstimo esses que fizeram face aos investimentos em curso. Para finalizar, referiu que quer a preocupação colocada pela eleita Helena Pais na sua intervenção, quer a preocupação da CDU em comunicado público, não tinham qualquer aderência à realidade. -----

-----Neste momento verificou-se a presença na sessão do Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça. -----

-----O eleito Gabriel Ramos, no uso da palavra frisou que a CDU sempre teve uma postura positiva construtiva junto da autarquia apresentando propostas que achavam ser uma mais-valia para o território, no entanto e embora fossem apresentadas propostas por parte da coligação quer no direito de oposição, quer em sede de Assembleia Municipal, ou nenhuma das propostas efetuada era transportada para as propostas da Câmara, ou quando alguma proposta era aceite pela autarquia, nunca tinha execução efetiva. Continuando, mencionou que as alterações ao orçamento era exemplo do que referiu, uma vez que todos os anos a autarquia apresentava alterações e nada era executado, como era o caso não só do caminho de Fernão Teles que foi justificação para alterações e para empréstimos, mas que até à data o referido caminho continuava igual, bem como para aquisição de autocarros e material para o estaleiro municipal, pelo que lamentavam que assim fosse. Por último e por estarem perante um executivo que fazia a gestão do dia-a-dia, referiu que o



executivo camarário deveria ter uma visão a médio-longo prazo dado que só assim é que os instrumentos estruturantes por parte do território poderiam ver a luz do dia, como também não haveria défices para a população do concelho. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia mencionou estarem perante um relatório de contas, relatório esse que era um documento de dados exatos e mesmo que não se concordasse com o que foi efetuado ou investido, os dados eram os que estavam no referido documento, acrescentando que o relatório de contas, era dos poucos documentos municipais que era matemático e embora existisse liberdade de votação, apenas se deveria votar contra um documento se existissem erros ou os dados inseridos estivessem errados.-----

-----Novamente no uso da palavra, o eleito Gabriel Ramos mencionou que o senhor Presidente da Assembleia tinha sido eleito para efetuar a gestão dos trabalhos e não para efetuar comentários sempre que a CDU se pronunciava e na sua opinião o Presidente da Assembleia deveria apenas fazer a gestão dos trabalhos e não tecer qualquer tipo de comentário cada vez que a coligação tomava uma posição contrária à do executivo camarário, acrescentando lamentar o facto de estarem constantemente a serem interrompidos pelo presidente sempre que tomavam da palavra e intervinham.---

-----Indo de encontro à intervenção do eleito Gabriel Ramos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal mencionou que também estava no direito de tecer alguns comentários desde que os mesmos não influenciassem o decorrer dos trabalhos, podendo inscrever-se automaticamente desde que deixasse os restantes eleitos falarem, dado que era quem coordenava as intervenções e aceitava as inscrições. Continuando, lembrou que o que estava em discussão era um documento que tinha sido auditado, objetivo e racional que relatava os factos que tinham acontecido e caso fossem detetados erros ou falhas, os mesmos deveriam ser denunciados para que fossem corrigidos em sede própria. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: *"Muito obrigado Senhor Presidente. Bem, eu vou começar pelo fim, vou começar pela intervenção do Gabriel. Olha isso, os números são de facto uma ciência exata e obviamente não vou aqui destacar o relatório, portanto, do ROC porque é claro e é inequívoco quanto à boa execução orçamental, do ano de dois mil e vinte e três. Também é quase para mim*



uma ciência exata o compromisso que nós temos com os eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e, aquando do direito da oposição, nós reunimos com todos e, obviamente, fazemos conta com todos, até porque não temos maioria, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, obviamente é importante para nós conversar com todos e negociar com todos, não prescindir do nosso programa mas, obviamente absorver tanto na execução de cada ano, propostas dos partidos e o que é certo, é que houve propostas vossas que nós obviamente validámos. Eu relembro, por exemplo, a majoração do apoio das freguesias, foi uma questão que sempre foi consensual entre todos, foi obviamente consensual entre todos, o apoio ao movimento associativo também. Foram propostas bem acolhidas por todos e obviamente são factos. A questão do Festival do Peixe do Rio em que fizemos, obviamente esse exercício num ano, temos tido o Peixe do Rio no outro ano temos a Noite Branca, também foi bem acolhida, sem esquecer, obviamente também a valorização do programa da Feira do Livro, que é um certame que para nós, deve ser sempre valorizado ano após ano, no sentido, obviamente, de estar cada vez mais próximo das crianças das escolas, das pessoas que nos visitam e da Comunidade no seu todo, portanto, quando se diz que não houve acolhimento de propostas, de sugestões, acho que nem os eleitos da CDU nem os eleitos do Chega, poderão dizer que este executivo foi autista perante obviamente as propostas dos partidos, não é verdade. Depois, obviamente, tinha que vir aqui a questão de Fernão Teles, disse sempre que Fernão Teles, para mim era um compromisso que eu tinha que honrar e vou honrá-lo, mas foram vocês que votaram contra o empréstimo e isso não é mentira para ninguém, e foi aqui, e se calhar se o tivéssemos aprovado mais cedo, se calhar já estávamos a executar essa empreitada, o que é certo, é que acho que é no dia quatro ou dia cinco de maio termina, portanto, o procedimento e havemos obviamente adjudicar essa obra, mas vão ter que me perdoar a sinceridade, não foi com o vosso apoio que nós aprovámos, portanto, Fernão Teles, não foi com o vosso apoio que nós aprovámos o concurso que já está em execução da aquisição dos autocarros, entre outras coisas, portanto, quer dizer, não vamos branquear aquilo que são factos, não vamos fingir que de facto, as coisas não aconteceram porque aconteceram, e vocês tiveram a oportunidade de validar esse empréstimo, não o fizeram, portanto vamos ser honestos, não o fizeram e não fizeram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

obviamente, e isso quer dizer que há liberdade dos partidos para pensarem, há liberdade dos partidos para dizerem da sua justiça com o que concordam e com o que não concordam, mas o que é certo, é que houve uma negociação com os partidos no tocante aos empréstimos e nós conversamos muito sobre a questão dos empréstimos e é inegável que qualquer das ações, qualquer das intervenções, qualquer dos equipamentos a adquirir através dos empréstimos, eram queridos por toda a gente que está aqui nesta sala, portanto, Gabriel não se monte em cima de Fernão Teles porque Fernão Teles não contou com o vosso apoio e isso é um facto que vocês não podem negar. Depois, eu fiquei atentamente à espera, obviamente não fiz uma primeira abordagem, portanto às contas, porque fiquei à espera que hoje, esta noite, o que iria a CDU dizer no que toca, portanto às contas, e meus amigos, no tocante à transferência de competências da Educação como há empreitada de reabilitação tanto do Centro Escolar dos Bombeiros, estas duas matérias já foram aqui muito discutidas entre nós e, nós dissemos sempre o mesmo, nós até fomos protelando e esta Assembleia, não pode negar isso, esta delegação de competências, mas decorre da lei e nós, mais tarde ou mais cedo neste caso foi mesmo mais tarde, foi mesmo na linha limite, tínhamos que aceitar essa competência de transferências mas, se calhar se a Câmara não tivesse essa frescura financeira para cumprir aquilo que são as metas, aquilo que obviamente e uma coisa os senhores podem ficar descansados, nós vamos discutir com o Governo todos os centimos que estamos a meter mais, nós não ficámos calados e vamos continuar não ficar calados, obviamente vamos fazer o nosso papel em termos políticos no sentido de o Governo, agora em exercício, fazer chegar aos municípios aquilo que são as transferências que façam fé no trabalho, portanto que os municípios, neste caso o de Moura está a fazer, agora qual era a solução? Não pagávamos as despesas? Não nos comprometíamos com os estabelecimentos de ensino, honrando e criando as condições para que as escolas funcionem bem? Era essa a vossa solução? Não pagamos? É que eu relembro-vos, nós fomos até ao limite do prazo para pegarmos nestas competências e não só as tínhamos que receber, mas como obviamente tínhamos que fazer bem o nosso trabalho e penso termos feito bem esse trabalho de forma muito assertiva, com muita articulação com os dois agrupamentos de Escolas e, obviamente, temos feito de tudo e para nós investir na escola pública e



cumprir a escola pública não é um prejuízo, é uma questão de princípio. Podemos dizer, nós não nos revimos na mesma posição de vocês, não temos a mesma posição de vocês e obviamente que terão de compreender sendo nós executivo, temos que honrar o compromisso, a que estamos obrigados e estamos a fazer o nosso caminho, estamos a honrar esses compromissos e estamos a fazer aquilo que nos compete fazer. E o que é certo, é que a relação com os agrupamentos e o trabalho que tem vindo a ser feito com muito sacrifício, porque nós quando começamos a trabalhar com a questão, portanto, da delegação de competências, eu lembro que nos primeiros meses chegavam pedidos todos os dias porque havia infiltrações nas escolas, porque havia o pavilhão da Escola de Amareleja que tinha infiltrações e fomos sempre resolvendo problemas e fomos de forma muito assertiva, e honra seja feita às direções dos agrupamentos, aos professores e aos funcionários, por toda a gente que se tem vindo a esforçar no sentido de conseguirmos coabitar e trabalhar em conjunto na defesa da escola pública. Depois a questão do Centro Escolar dos Bombeiros, bem também é verdade e os senhores sabem, que nós em dois mil e dezoito, era a Alexandra Leitão a Secretária de Estado da Educação, nós logo na altura, e isto já repetimos aqui vezes sem conta nesta Assembleia, nós dissemos sempre cuidado com os valores de referência pois eles não dão resposta de facto ao investimento mas, voltámos outra vez ao mesmo, para nós é uma prioridade termos escolas de qualidade no Concelho de Moura, é para nós uma prioridade o Centro Escolar, nós vamos honrar esse compromisso. Nós também, já o disse aqui, nós não fizemos como outros municípios que viraram as costas às suas metas escolares e não fizeram obras para honrar esse desiderato maior que é a escola pública e o que é certo, é que criámos as condições financeiras e mesmo sabendo que não tínhamos o financiamento para tudo, a Câmara Municipal de Moura tinha que se chegar à frente e tinha que cumprir e o que é certo, é que cumprimos mais esse desiderato, mais esse objetivo. O Centro Escolar há-de ser inaugurado no primeiro dia de aulas do próximo ano letivo e continuamos a fazer esse caminho, em algumas coisas com o apoio das pessoas, neste caso dos eleitos da Assembleia Municipal, noutras alturas sem apoio nenhum, mas onde nós vamos fazendo o melhor que podemos e sabemos, acima de tudo honrando os compromissos porque não há empreiteiro nesta casa que não chegue os autos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



medição, não cheguem as faturas e que nós não nos honremos. E este relatório e contas também fala disso, fala a forma como este executivo tem sabido honrar os seus compromissos, diminuimos a dívida aos fornecedores, continuamos com um prazo médio muito interessante de dezasseis dias e às vezes até conseguimos reduzir bastante esse prazo médio, não temos dívidas para lá dos noventa dias. Há um conjunto de informações que já foi aqui, obviamente entre todos falada e isso fala um bocadinho do nosso trabalho e com certeza, não fazendo tudo bem, tivemos uma excelente execução em dois mil e vinte e três, portanto, assim é que no tocante aos fundos comunitários conseguimos ser dos municípios do arco da CIMBAL e no que toca, portanto, àquele bolo que é gerido pela CIMBAL, conseguimos ser um município com o melhor aproveitamento em termos de fundos comunitários. E isso, obviamente, faz-nos sentir felizes pela forma como toda a gente se empenhou nesta casa, os funcionários, os técnicos, os membros do executivo, os empreiteiros trabalharam connosco no que toca às obras e que honraram os compromissos e conseguiram sempre trabalhar, portanto, lado a lado com a Câmara fazendo, de facto o seu melhor, em momentos muito difíceis da nossa vida comunitária mas, o que é certo, é que o relatório do ROC não mente e de facto dá conta deste bem-estar do ponto de vista tanto da saúde financeira desta casa, da capacidade que nós temos para investir e para honrar compromissos e isto hoje em dia é muito difícil, portanto não posso, não vejo as coisas obviamente da mesma maneira que vocês vêm, agora temos um ano de dois mil e vinte e quatro, ambicioso, um ano em que temos aí desafios importantes pela frente e continuaremos obviamente a dar o nosso melhor, a contar com todos para discutirmos os nossos problemas e os desafios que temos pela frente mas uma coisa é certa, nós conversamos com toda a gente, todos. Não está ninguém de fora desta equação, nalgumas coisas estaremos de acordo e noutras não estaremos certamente de acordo, mas por isso é que vivemos em democracia e se há coisa que nós não temos é medo da democracia e obviamente, quando chegarmos aqui com os instrumentos, portanto, que obviamente que queremos ver aprovados, obviamente que cada eleito, saberá o que tem que fazer e cada força partidária fará aquilo que entender. O que é certo, é que estas contas são cristalinas, estas contas refletem a boa execução e o trabalho positivo que este executivo e os funcionários da Câmara e todos



aqueles, obviamente, que empenhadamente desenvolveram o seu trabalho durante o ano de dois mil e vinte e três e estamos muito satisfeitos, e sentimos muito bem com aquilo que apresentamos aqui esta noite, e disse senhor Presidente."-----

-----No que dizia respeito às intervenções do senhor Presidente da Assembleia Municipal, a eleita Helena Pais referiu que apesar de ser o Presidente do órgão deliberativo não deveria ir além das suas competências e tinha o dever da imparcialidade. Seguidamente, frisou que a coligação não detinha da mesma opinião do executivo autárquico e embora já a tivessem manifestado, as preocupações levantadas pela coligação e por si mesma, vinham a concretizar-se, pois no que dizia respeito à transferência de competências na área da educação, competências essas que o executivo queria assumir antes das mesmas serem obrigatórias por lei e apenas não foram assumidas porque a CDU não permitiu, o executivo foi questionado se estaria preparado para as assumir, se as verbas transferidas pelo Ministério da Educação seriam suficientes para fazer face às despesas que realmente essa área apresentava e aquilo que sempre lhes tinha sido transmitido foi que a autarquia estava preparada para assumir tais competências e que as verbas que seriam transferidas iriam fazer face a todas as despesas, no entanto, aquilo que se verificava no documento em apreciação era a existência de uma diferença superior a quinhentos mil euros. Prosseguindo e de acordo com os valores explanados no documento, salientou que futuramente as dificuldades iriam aumentar e embora tinha sido reportado pelo senhor Presidente da Câmara que iriam comunicar tal situação ao Ministério da Educação, solicitou que a autarquia entregasse, por escrito, aos eleitos da Assembleia Municipal todas as comunicações já efetuadas acerca das verbas e onde poderiam minimizar o que tinha sido investido no Centro Escolar dos Bombeiros Voluntários, investimento por parte da Câmara que ultrapassou os oitocentos mil euros, investimento esse que embora fosse bem investido, pois aquilo que se queria eram escolas com boas condições, no entanto existiam mais escolas no concelho onde investir e não apenas o Centro Escolar em questão, pelo que gostaria de saber que garantias o executivo dava a toda a comunidade estudantil que futuramente detinha de condições para investir num novo centro escolar para que as condições físicas de todos os estabelecimentos escolares existentes fossem as melhores. Por último e



devido à existência do défice em dois mil e vinte e três, lamentava que a autarquia não possuísse garantias para efetuar os investimentos necessários para criarem melhor educação no futuro. -----

-----Face ao documento em apreço e do ponto de vista técnico, o eleito José Pós-de-Mina saudou quem laborou e contribuiu para a elaboração e concretização dos documentos apresentados. Quanto ao parecer do ROC, o qual não colocavam em causa, indicou que o referido parecer não fazia avaliações qualitativas mas sim quantitativas e embora tivessem sido cumpridas as normas e regulamentos, aquilo que a coligação colocava em causa eram aspetos que já tinham sido referenciados anteriormente e o documento que estava em apreciação e discussão era matemática pelo que não fazia sentido querer limitar a discussão, até porque estava referenciado no documento de prestação de contas situações questionáveis, como por exemplo, quando o valor referenciado no documento em causa acerca dos passivos financeiros era o mesmo valor que estava explanado no relatório de contas de dois mil e vinte e dois, relativamente a dois mil e vinte e um, ou seja, existiu um *copy past*, contudo eram situações que aconteciam na dinâmica de elaboração de um documento com aquela grandeza e complexidade. O eleito António Gomes ao ter mencionado na sua intervenção existirem indicadores que evoluíram do ponto de vista menos positivo, indicou que o mesmo tinha razão, porque da análise do relatório do ROC, podia-se verificar que referenciava que os rendimentos tinham aumentado um determinado valor mas que os gastos tinham aumentado muito mais, pelo que ao se falar dos indicadores que tinham a ver com o resultado líquido e com o resultado operacional, se verificava uma clara indicação ou degradação, acrescentando que a coligação ao mencionar existir uma degradação dos indicadores, não estava a fabular, contudo analisava-se ter subsistido uma evolução positiva no tocante a todos os indicadores, à exceção do nível de endividamento devido ao seu aumento. Continuando e sobre a questão da especialização não corresponder às contas do ano de exercício, esperava que lhe fosse explicado melhor, porque do ponto de vista do que era o princípio da especialização havia uma contradição, pois tendo em conta os projetos que não foram concluídos em vez de irem para as variações de capital próprio, iam para os deferimentos e acréscimo no passivo, fazendo com que houvesse um aumento do



passivo, aumento esse que não se devia apenas à situação mencionada. Outra questão era o prazo médio de pagamento, porque ao se subtrair a dívida das águas a outro indicador presente no relatório, o prazo médio era superior a cinquenta anos, no entanto, a coligação sempre manifestou alguma preocupação no tocante à evolução das contas e embora dissessem que as contas vinham a melhorar, estas apenas melhoravam porque havia inatividade por um lado, enquanto, que por outro lado se verificava um aumento significativo dos rendimentos, aumento esse que em virtude da necessidade da conclusão dos projetos por causa dos financiamentos comunitários houve um incremento dos investimentos, ou seja, havia uma degradação completa dos indicadores económicos e financeiros causando preocupação acerca da saúde económica e financeira da Câmara Municipal, como era o caso da obra do Centro Escolar dos Bombeiros Voluntários em que o custo de adjudicação foi de dois milhões e quatrocentos mil euros, tendo o custo total ficado em três milhões e oitocentos mil euros, do qual e de acordo com o valor de índice do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) o nível de financiamento obtido para a obra foi de 50%, um milhão e novecentos mil euros, o que significava que os restantes 50% foi o valor que saiu das contas do município, não das contas atuais porque a autarquia contraiu um primeiro empréstimo e posteriormente um segundo empréstimo da linha BEI (Banco Europeu de Investimento), empréstimo esse que iria ser liquidado por gerações vindouras. Prosseguiu salientando que aquilo que a CDU criticava era o facto de a Câmara ter, no âmbito do processo de transferência de competências na Educação, ter resolvido todos os problemas que encontrou, o que achavam bem porque era a sua missão e responsabilidade, o que achavam mal era o Governo, que era do Partido Socialista, não ter assumido perante todos os municípios e perante o município de Moura o encargo que tivesse com a obra em causa. Relativamente ao arranjo do caminho de Fernão Teles, e dado que existiam promessas desde dois mil e dezanove, era uma questão que poderia ter sido resolvida há muito tempo e a responsabilidade de não se encontrar já executado, não poderia ser da CDU mas sim do executivo em funções. No âmbito dos fundos comunitários da CIMBAL, para além de a CDU valorizar o facto de o município de Moura ter sido o município que mais executou investimentos, solicitou ao executivo da autarquia que disponibilizasse a informação sobre todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

financiamentos obtidos no âmbito de todos os programas de financiamento comunitário. Sobre o aumento de investimento através da obtenção de financiamentos, em que permitiu alavancar cerca de sete milhões de euros, o mesmo se devia a dois fatores, nomeadamente, pela obra do Centro Escolar ter iniciado em dois milhões e quatrocentos mil euros e ter terminado em três milhões e oitocentos mil euros, e também pela autarquia ter servido de “barriga de aluguer” na execução de duas obras que para além de a CDU admitir serem necessárias, eram da responsabilidade do Estado, mas que a autarquia serviu de empreiteiro, concretamente as empreitadas de reabilitação da Igreja de São João Batista e da Igreja Paroquial de Santo Aleixo da Restauração. Para terminar, informou que a sua posição de voto se devia fundamentalmente a quatro razões, nomeadamente, por a CDU ter uma visão diferente em determinados aspetos, por haver questões essenciais que vinham sendo repetitivas em orçamentos e planos que não eram executadas, por questões essenciais que a coligação achava que deviam ser descritas no relatório e por ter existido uma degradação de indicadores. -----

-----Após a intervenção do eleito José Pós-de-Mina e daquilo que o executivo gostava de transparecer para a opinião pública, o eleito Gabriel Ramos referiu que a CDU era apologista de que quanto menos execução pior e aquilo que era a sua posição ativa, era de que a Câmara Municipal deveria concretizar e efetivar algumas matérias que achavam importantes, nomeadamente, a estratégia local de habitação, a redução de perdas de águas, a intervenção no caminho de Fernão Teles, a primeira fase da remodelação da rede de águas de Amareleja e a elaboração de um plano de captação de investimento ou de um plano de eficiência energética, ou seja, aquilo que a CDU queria era que a Câmara Municipal executasse ações concretas e aquilo que estava explanado no documento apresentado. -----

-----No uso da palavra e sobre o documento apresentado, o eleito José Galego mencionou achar bem ter sido a eleita Helena Pais a efetuar a primeira intervenção, pois era a única que em dois mil e dezassete não estava no órgão deliberativo e não sabia como era o funcionamento do mesmo. De seguida, salientou que o que interessava, quer para si, quer para a maior parte dos munícipes do Concelho, era as contas estarem certas, as Juntas e Uniões de Freguesia receberem a horas, não

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



existirem dívidas a fornecedores, nem documentos esquecidos nas gavetas, acrescentando que o executivo camarário estava a efetuar um ótimo trabalho e que quem viesse para a autarquia no próximo mandato, certamente ficaria feliz da maneira como esta lhe tinha sido transitada. -----

-----Relativamente ao sentido de voto, o eleito António Gomes disse que se vivia em democracia e cada um tinha o seu entendimento na posição que tomava. No tocante às contas e à intervenção do eleito José Pós-de-Mina acerca dos indicadores, reiterou do ponto de vista global, existir uma evolução negativa nos indicadores financeiros, evolução essa que se justificava a uma situação conjuntural e comparando os respetivos indicadores com os de dois mil e dezassete, estavam bastante piores e nem era num contexto de um volume de investimentos como era à data, na ordem dos vinte e oito milhões de euros, em que a autarquia tinha ficado em primeiro lugar no aproveitamento dos fundos da CIMBAL (Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo), volume de investimentos que se refletia no Concelho e que se refletiria no futuro que era a qualidade de vida dos munícipes. Seguidamente, tornou a frisar que embora se tivesse recorrido a empréstimos para os investimentos efetuados, o aumento do endividamento não justificava que existisse preocupação quer por parte dos municípios, quer por parte dos eleitos da Assembleia, concluindo que do ponto de vista global o que houve de negativo em relação ao anterior, era meramente conjuntural, demonstrando assim que a forma como a gestão financeira da autarquia era efetuada, garantia que era efetuada com a devida prudência e rigor sem que houvesse riscos para as contas do município. -----

-----Independentemente das razões que levavam à posição de voto da CDU e das razões que levavam a bancada do Partido Socialista a defender o documento em apreço, a eleita Maria José Silva mencionou que a coligação se revia na intervenção efetuada pela eleita Helena Pais, independentemente de saber ou não como era o funcionamento do órgão deliberativo. Quanto à intervenção do eleito José Galego, salientou ser triste a forma como tentou desvalorizar e ridicularizar quem tentava dissecar e mostrar quem tinha uma opinião diferente sobre o documento em apreciação porque aquilo que interessava aos munícipes não era apenas ter as contas e pagamentos certos, mas sim ser bem representado e para tal não só o respetivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

documento tinha que ser valorizado, como também se tinha que valorizar tantos e todos os aspetos de qualquer que fosse a bancada representada em Assembleia Municipal. -----

-----Indo de encontro com a intervenção da eleita Helena Pais no tocante às transferências de competências na área da Educação e na área Social, e dado que a Câmara Municipal tinha aceitado as mesmas apenas no prazo estipulado por lei, a eleita Maria Fialho Cabrita questionou como é que a CDU lidaria com o assunto se estivesse no lugar do atual executivo. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara disse: *"Muito obrigado Senhor Presidente. O José Maria Pós-de-Mina, costuma brincar comigo por causa da questão do ilusionismo, bem-vindo ao clube dos ilusionistas, porque de facto, dizer que a Câmara, por exemplo, foi barriga de aluguer no que toca às igrejas, nós fomos mais do que isso, nós fomos a mãe que adotou as duas igrejas património nacional, porque durante anos a fio, a CDU enquanto esteve à frente dos destinos do município, nunca quis saber destas igrejas. Portanto, basta ver o estado em que elas estavam quando nós aqui chegámos e obviamente fomos fazendo caminho, conseguimos encontrar financiamento para as recuperar e elas estão à vista e se perguntar à população de Moura e à população de Santo Aleixo da Restauração se de facto se revêm nessas obras, penso que a resposta vai ser inequívoca, mas depois adotamos mais coisas José Maria, adotámos e meu amigo compreenderá que o município de Moura não pode ficar alheado dos problemas da esquadra da PSP (Polícia de Segurança Pública), não pode ficar alheado dos problemas do Centro de Saúde e mais uma vez, não vamos ser barriga de aluguer, vamos ser a mãe adotiva porque, de facto, a gente diz muitas vezes, o Estado Central falhou e não cuidou daquilo que era dele, mas somos nós que vivemos em Moura, somos nós que vivemos em Santo Aleixo, somos nós que vivemos em Safara, Póvoa de São Miguel, em todas as freguesias do Concelho, somos nós que vivemos cá e temos que resolver os problemas e temos que estar disponíveis para contribuir para a resolução desses problemas, não é o primeiro-ministro que vive no Concelho de Moura, portanto, temos que estar disponíveis para resolvê-los da mesma forma que as Juntas de Freguesia, que aqui estão representadas, Safara, Santo Aleixo da Restauração, a Póvoa de São Miguel num contexto diferente, Sobral da Adiça,*

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



Amareleja contribuíram para a resolução dos problemas que nós tínhamos nos postos da GNR (Guarda Nacional Republicana), onde toda a gente se entendeu, onde toda a gente criou condições para que se pudesse recuperar os postos da GNR, portanto, até há uma Junta de Freguesia da CDU e muito bem, que se entendeu perfeitamente com a Câmara e com GNR que fez esse trabalho e muito bem, ficaram a ganhar as pessoas que obviamente contribuem para a nossa segurança em Sobral, como na Póvoa, como em Safara e Santo Aleixo, como, em Amareleja, portanto, não temos qualquer tipo de problemas nesse capítulo, preferimos que nos chame a mãe adotiva do que barriga de aluguer, porque de facto penso que nos cabe melhor, esse papel de mãe adotiva. Depois, em relação à questão, aos gastos com as escolas e em relação ao que se fez e não se fez na área da educação, Helena, vamos lá ver, nós desde dois mil e dezassete já fizemos obras na EB1 de Safara, no Sobral no Jardim de Infância, portanto, na Escola Básica, na Póvoa de São Miguel, não colocámos as fichas todas, portanto, no Centro Escolar dos Bombeiros Voluntários de Moura, era só o que falta, não é. O que é certo, é que temos feito estas obras, mas falar em educação e no investimento na educação não é só falar em infraestruturas, podemos falar de outras coisas, podemos falar no PESIM (Plano Educativo para o Sucesso e Inovação em Moura) ao longo de 4 anos, podemos falar nos transportes escolares e nas refeições escolares, podemos falar nas fichas escolares para os miúdos do segundo ciclo, podemos falar no apoio às crianças através das aulas de Hipoterapia, podemos falar do trabalho que se faz na Ludoteca Municipal, podemos falar na formação que fazemos aos funcionários dos estabelecimentos de ensino, podemos falar dos auxílios económicos com a oferta de material escolar aos alunos do primeiro ciclo, podemos falar do apoio financeiro para as visitas de estudo dos nossos miúdos, podemos falar no apoio às crianças com necessidades educativas especiais, podemos falar das AEC's (Atividades de Enriquecimento Curricular), podemos falar das dezasseis bolsas de estudo, podemos falar das AAAF (Atividades de Animação e de Apoio à Família), que decorrem desde o início do ano letivo e que vão até catorze de Agosto, podemos falar dessas coisas todas e ninguém ficou para trás. Não deixámos nenhuma criança para trás. Agora que há muito trabalho para fazer, com certeza que sim, e obviamente temos muitas divergências no que toca a isto e nós não as escondemos, mas estas são



as nossas opções e passamos muito tempo quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal a falar em opções e estas são as nossas opções, mas são opções que nós temos adotado com consciência daquilo que estamos a fazer, sem destruir a capacidade e a saúde financeira desta casa. O que é de facto muito interessante nos tempos que correm, portanto, não houve desinvestimento Helena, ao contrário do que a Helena diz, não houve desinvestimento ao nível do Concelho, Não, não houve, basta nós estarmos um bocadinho atentos àquilo que eu estava a dizer não houve, não houve desinvestimento. Queria também dizer o seguinte, não foi só a majoração dos apoios às Juntas, nem o apoio ao Movimento Associativo, nem Festival do Peixe do Rio, nem a valorização do programa da Feira do Livro, Gabriel foi também um investimento que se fez e que se tem vindo a fazer, por exemplo, na questão da água, das perdas e da melhor eficiência com o que estamos a fazer neste momento com os contadores, portanto, com os DMC's (distritos de medição e controle) e outros investimentos que nós estamos a fazer, portanto, mais uma vez fomos ao encontro daquilo que eram propostas consensuais entre todos nós, e também aí nós fomos ao encontro daquilo que obviamente para nós é importante que é, ouvir toda a gente querendo e desejando que os instrumentos que gerem esta casa passem numa Assembleia Municipal. Nós temos que nos entender, noutras coisas nem tanto, mas nestas de facto entendemos e isto são factos, estas coisas de facto aconteceram e têm-se vindo a desenvolver, portanto, obviamente eu percebo, e queria registar isso, há alguma dificuldade para a CDU aceitar, de facto, que há aqui um equilíbrio entre os investimentos e a gestão da casa e isto, de facto, é difícil de conseguir, mas temos vindo a conseguir. Não é? E a questão dos dezasseis dias ou dos quinze dias do prazo médio de pagamentos, como nós já tivemos, eu tenho amigos meus, o Galego terá os dele, eu tenho amigos meus que me diziam que levavam oito meses à espera que alguém pagasse alguma coisa dentro desta casa e nós também conseguimos, de facto, fazer esse exercício com muito sacrifício, com toda a gente a contribuir para irmos melhorando com o tempo, mas o que é certo, é que as contas que nós hoje aqui apresentamos, refletem de facto, esse rigor, refletem esse bom senso e não deixámos ninguém para trás, não só não deixámos os elementos desta Assembleia Municipal para trás porque os soubemos ouvir, porque soubemos implementar medidas que



vinham, portanto, das bancadas que fazem parte desta Assembleia Municipal, mas também obviamente os nossos propósitos, as nossas medidas, aquilo que faziam, as medidas que sempre fizeram parte, obviamente também do nosso programa e isso para mim é um motivo de satisfação muito grande.”-----

-----Dado que já tinham sido abordadas, genericamente, questões sobre o resultado líquido do exercício e o passivo, o vereador José Banha informou que os ativos do município sofreram um aumento, devido ao seu património ter aumentado, ou seja, a autarquia tinha um valor acrescentado em termos de ativo em cerca de seis milhões de euros em que cerca de cinco milhões e quinhentos mil euros eram movimentações contabilísticas obrigatórias, valor esse dos quais dois milhões e setecentos mil euros correspondiam à incorporação dos ativos da E-Redes, nomeadamente toda a estrutura da rede elétrica que era do município e o restante montante tinha a ver com a transição de obras que se encontravam em curso, contudo, não existiam pagamentos em atraso. Relativamente ao resultado líquido do exercício, que era a soma das despesas e das receitas, a autarquia detinha de quatro milhões de euros que se refletia nas amortizações resultando num valor positivo acima de um milhão e quatrocentos mil euros, valor esse que em comparação com o resultado líquido de dois mil e dezasseis era abaixo, contudo e embora, fossem os valores apresentados aquilo que a autarquia detinha de momento, acrescentou não existirem faturas por lançar e que o acordo das águas efetuado em dois mil e dezoito, no montante de um milhão e quinhentos mil euros também se encontrava a pagamento, acordo esse que o executivo na altura optou não pagar e era o atual executivo que estava a liquidar essa dívida. Prosseguindo e porque se falava nas obras de elevado valor, transmitiu que a maior obra que era um “buraco a céu aberto” e não se encontrava concluída, era a empreitada de Reabilitação do Matadouro em que a empresa estava a solicitar em tribunal, mais de oitocentos mil euros à autarquia. Quanto à obra do Centro Escolar dos Bombeiros, a qual se iniciou com um determinado fundo, informou que o executivo reclamou e continuava a reclamar junto da tutela a questão de não cobrir a totalidade do custo de referência das escolas que estava no Ministério da Educação, no entanto e embora existisse uma diferença de valor, indicou que a mesma teve à volta de 73% de cobertura inicial, mas devido ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



Decreto-Lei que permitia aos empreiteiros aplicar a revisão de preços extraordinária por causa da inflação, a respetiva obra teve revisão de preços na ordem dos oitocentos mil euros porque os preços aumentaram e a autarquia tinha que remunerar essas revisões de preços, as quais se encontravam liquidadas, acrescentando que aquela obra era uma mais-valia quer para os alunos, quer para professores, quer para funcionários. Continuando e no tocante às escolas, clarificou existir um programa de recuperação onde vinham sendo efetuadas intervenções em várias escolas, intervenções essas que eram efetuadas através da existência de uma estratégia para a educação, a fim de melhorar significativamente as condições. Sobre a soma global de investimentos, tornou a frisar que a autarquia conseguiu oito milhões de euros de investimento e quando se falava da degradação dos indicadores e da questão do aumento do passivo, há que ter em conta que se deveu à incorporação da questão da EDP e das obras em curso, e ao se efetuarem os rácios era normal que houvesse um impacto devido ao aumento do valor. Por último e perante o documento apresentado, salientou que as contas refletiam uma boa execução dos fundos e dos impostos que a autarquia recebia para posteriormente distribuir pela população do concelho de Moura. -----

-----No que se referia à educação, a vereadora Lurdes Balola alegou que a CDU não deveria ficar preocupada com o futuro da educação no concelho, porque o trabalho vinha sendo feito com as direções dos Agrupamentos de escolas e o executivo tentava dar resposta a todas as necessidades que chegavam, pois existia uma estratégia muito bem meditada para todo o concelho que refletia uma reorganização escolar, quer ao nível da própria organização das escolas, quer ao nível do edificado que se encontrou em estado de degradação elevado. Seguidamente, comunicou que o investimento entre os oitenta e os cem mil euros, efetuado nas escolas de Sobral da Adiça, Póvoa de São Miguel e Safara reestruturou a forma como a educação se previa dentro do espaço educativo e tentava-se dar resposta a questões como refeitórios, casas de banho e acessibilidades. Ao nível das direções dos agrupamentos, mencionou que as necessidades encontradas e que eram reportadas permanentemente prendiam-se com necessidades básicas, tais como, infiltrações, pintura, funcionamento correto das casas de banho, aquisição de equipamentos, arranjo de pisos, para que a escola funcionasse de forma melhor e desse resposta aos alunos, docentes, auxiliares e a todos os que



faziam parte do projeto educativo de cada estabelecimento escolar, acrescentando que essas necessidades reportadas, as quais eram essenciais, eram realizadas de imediato após a receção das mesmas, pelo que e embora ainda houvesse muito a laborar com o Estado porque este para além de que tinha que prestar contas, também eram quem apoiava na transferência de competências, considerava que a autarquia era um apoio bastante essencial na resolução dos problemas. Observou estarem a ser criados documentos que expressassem a preocupação da autarquia e que pudessem vir a dar resposta a uma verdadeira transferência de competências mas até tal acontecimento, ia-se priorizando as condições dos espaços educativos dentro das possibilidades financeiras da Câmara, demonstrando assim que a reorganização escolar estava a ser efetuada para o Concelho de Moura. Para finalizar, comunicou que a autarquia não só era parceira no projeto TEIP (Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), projeto esse que caso a Câmara não fosse parceira, era impossível os agrupamentos escolares avançarem com o respetivo projeto, que iria resultar num maior apoio para os alunos ao nível das escolas, como também detinha de um projeto para o sucesso educativo que iria ser implementado, seria essencial e faria falta dado que se tinha uma comunidade que necessitava de todo o apoio para que conseguisse alcançar o sucesso que todos queriam. -----

-----O eleito José Pós-de-Mina, usou novamente da palavra para tomar a frisar que o que se estava a analisar era a gestão do Partido Socialista no ano transato, gestão essa à qual a coligação estava a efetuar as observações. Quando se falava sobre a questão da dívida às Juntas e Uniões de Freguesia, salientou que o atual executivo resolveu o problema cortando duzentos mil euros de apoio às mesmas, reduzindo assim os acordos de cooperação entre ambas as entidades. No tocante a documentos esquecidos, comunicou não existir documentos na gestão CDU esquecidos, havia sim documentos que não eram possíveis lançar porque tinha a ver com a aplicação da lei de compromissos e pagamentos em atraso que entrou em vigor, lei essa que a própria ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) contestava que fosse aplicada. Relativamente ao documento em apreço e à opção de voto da coligação, transmitiu que em comparação com o ano transato, tinham decidido alterar a sua opção de voto pois achavam que deveriam exprimir até à exaustão a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

opinião e estavam à vontade para discutirem aquilo que quisessem discutir sobre as contas, contudo não deixava de ser curiosos que o executivo referisse que o passivo aumentou devido à influência dos diferimentos que tinham a ver com os processos dos financiamentos que não estavam encerrados, processos esses que deveriam estar encerrados dado que o término do quadro comunitário de apoio foi a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três. Quanto ao aumento do passivo e do lançamento do que eram as obrigações decorrentes do contrato com a E-Redes, o aumento deveu-se porque a contabilidade tinha um sistema de partidas dobradas e sem o referido aumento tinha que se contrabalançar a conta, ou seja, aquilo que tinha acontecido no aumento da admissão dos resultados ia muito além da questão das amortizações. Em virtude da própria execução orçamental e dos milhões executados, o ano de dois mil e vinte e três tinha três características que o diferenciavam dos anos transatos, nomeadamente, por ter sido um dos anos em que houve um aumento das participações dos impostos do Estado, por ter sido o ano em que entrou em vigor o processo de transferência de encargos que embora insuficiente incluiu a transferência de recursos financeiros e por ter sido um ano de encerramento da execução do quadro comunitário de apoio em que existia sempre um aumento de investimentos. Acerca das intervenções nas igrejas, realçou que a coligação não tinha qualquer problema em se orgulhar das intervenções executadas e não tinha problemas em intervir em questões que tivessem a ver com responsabilidades de outras entidades, como era o caso, da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça que qualificou e melhorou as instalações da GNR (Guarda Nacional Republicana). Por último sublinhou que a CDU não tinha problemas em que existisse obra feita, o que lhe custava era ver obra por efetuar, acrescentando que em janeiro em comunicado congratulou a realização da obra do Centro Escolar dos Bombeiros, referindo o seguinte, *“A CDU congratulou-se com a realização da obra, considerando desde sempre como importantes as intervenções de requalificação das escolas do Concelho”*, no entanto e com o que não concordavam era com o encerramento de escolas, ou seja, estavam a favor da qualificação de melhoria das escolas e contra o encerramento das mesmas e aquilo que a coligação queria era que a gestão do Partido Socialista chegasse o mais longe possível nas realizações e capacidade de prever quais eram os problemas e as necessidades da população do



concelho, porque para além de acharem que havia capacidade, também havia possibilidade de executar muito mais. -----

-----Novamente no uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: *"Muito obrigado, Senhor Presidente. Obviamente, não vamos levar a noite inteira a trocar galhardetes para ver quem é o último a falar e quem é o último que, porque normalmente há essa tendência para se pensar que o último a falar é aquele que obviamente fecha o ciclo da discussão e é quem tem razão, e penso que ao longo da noite a discussão à volta deste ponto de ordem de trabalhos foi perfeitamente clarificador. Mas é só deixar uma mensagem ao José Maria Pós-de-Mina, como é que a CDU e o José Maria já deixou a sua posição em relação às Igrejas de Santo Aleixo e de São João Batista e obviamente, percebe-se que para a CDU nunca seria, portanto, uma prioridade, mas a CDU fez da Igreja de Safara uma prioridade aqui há uns anos atrás, não fez a totalidade da obra, não recuperou a Igreja na sua totalidade, mas fez da Igreja de Safara uma prioridade e entreviu lá e quanto a mim muito bem, mas depois dizer que obviamente que, aí só pode ser ironia, crer que obviamente o executivo do PS concretize o máximo possível face ao máximo de obra, só pode ser ironia, porque quem chumba os empréstimos, sabendo as intervenções que estavam alocadas a esses empréstimos, a importância desses empréstimos para a vida, tanto das pessoas do Concelho, isso não é querer que obviamente, o Partido Socialista e o seu executivo faça obra ou que chegue o mais longe possível para a CDU, portanto, superar obviamente este executivo, isso é obstaculizar o trabalho deste executivo, criar problemas para que este não concretize. Mas o que é certo, é que o empréstimo foi aprovado, nós estamos a concretizar aquilo a que nos comprometemos e de certeza absoluta vamos ser bem-sucedidos na aplicação desses dinheiros e, obviamente, cumprir para quem nesta Assembleia validou tanto esses empréstimos. Portanto, há uma diferença entre obviamente crer que alguém importante faça o seu trabalho e obstaculizar e aquilo que os senhores fizeram foi obstaculizar a concretização destas medidas."*-----

-----No que dizia respeito ao documento em apreciação e embora o mesmo tivesse algumas nuances a nível de escrita e algumas ilações, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para finalizar referiu que era acima de tudo objetivo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

quantitativo e era sobre as contas do município que se deveriam pronunciar. Seguidamente e verificando não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação. -----

-----**Deliberado, por maioria**, com treze votos a favor, oito votos contra e duas abstenções, **aprovar** a proposta do "Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e votação dos documentos de prestação de contas relativas ao ano de dois mil e vinte e três, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 15º, do Regimento da Assembleia Municipal de Moura", apresentada pela Câmara Municipal de Moura.-----

-----A eleita Diamantina Escoval, em nome da bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte declaração, a qual passou a citar: **(DOC.07/26)**-----

-----**"DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----**SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2023**-----

-----*Os eleitos da CDU, nos diversos órgãos autárquicos, adotam sempre uma postura construtiva nas suas tomadas de posição, no âmbito do exercício das competências desses órgãos, quer tenham capacidade de decisão ou apenas capacidade de intervenção.*-----

-----*Não será a teimosia do Presidente da Câmara e a sua incapacidade de lidar com o contraditório que nos impedirá de olhar para as propostas e documentos apresentados, com a devida responsabilidade, contribuindo sempre para os melhorar ou para assinalar de forma construtiva os seus aspetos mais relevantes.*-----

-----*Aquando da discussão da proposta de orçamento e plano para 2023, tivemos ocasião de expressar as nossas divergências e enfatizar os aspetos que deveriam constar e não constavam, bem como aspetos que estando contidos seria importante a sua concretização efetiva. Damos como exemplo questões como a Estratégia Local de Habitação, a redução das perdas de água, a intervenção no caminho de Fernão Teles, o início da 1ª fase da remodelação da rede de águas em Amareleja, a elaboração de um plano de captação de investimentos ou de um plano de eficiência energética.*-----

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



-----A Câmara gerida pelo PS acorre a criar défices financeiros, a exercer e aceitar competências do Governo; e pelo contrário esquece, adia e subfinancia as competências inerentes ao exercício do poder autárquico. -----

-----Apesar da retórica do Presidente da Câmara, é mais do que óbvia a degradação das contas da Câmara Municipal de Moura durante o ano de 2023. Degradação que decorre de uma mera gestão do dia-a-dia, sem qualquer estratégia que promova o investimento necessário e que garanta o futuro do concelho de Moura. Exemplo disso é o défice de cerca de 500 mil euros que decorreu do processo de transferência de encargos no setor da educação e da gestão política descuidada da empreitada de reabilitação da Escola dos Bombeiros que se traduziu numa taxa de financiamento de pouco mais de 50%. -----

-----A CDU, preocupada com o futuro do concelho de Moura, sinalizou politicamente estes factos na reunião de câmara, realizada no dia 17 de abril, tendo-se deparado com uma postura absolutamente arrogante por parte do Presidente da Câmara. -----

-----Não obstante a consolidação do estilo de gestão por parte do PS, sem rumo e sem qualquer estratégia consolidada para o concelho, a CDU continuará a ter, sempre, uma postura responsável que defenda o interesse da nossa população. Não acompanharemos um estilo de gestão que compromete o futuro do Município e tenta perpetuar um estilo de gestão desinteressada e dormente, que não corresponde às necessidades nem serve os nossos conceterrâneos. -----

-----Nesse sentido, reafirmando as nossas diferenças relativamente às opções tomadas, realçando o incumprimento de diversas ações previstas, a ausência de referência a aspetos essenciais que influenciaram os resultados finais, a que acresce a degradação da situação económica e financeira do município, a CDU votou contra a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Ano de 2023. -----

-----Pode fazer-se mais e fazer melhor. A CDU é a verdadeira alternativa que o concelho de Moura necessita. -----

-----Moura, 29 de abril de 2024 -----

-----Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Moura." -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto quatro da ordem do dia.-----

-----4. Proposta de Integração do Saldo de Gerência e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano para 2024-2028 e Orçamento para o ano de 2024. (DOC.08/26) ---

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

----- Sobre o documento em apreciação e dado que a questão já tinha sido colocada na sessão da Assembleia transata, o eleito Gabriel Ramos comunicou que gostaria de expressar a posição favorável, solicitando informação concreta sobre quais eram as entidades que iriam ser apoiadas, afirmando que apenas era possível requalificar o que já existia e aquilo que já existia tinha dito intervenção da CDU.-----

-----Indo de encontro à questão colocada, o Senhor Presidente da Câmara disse: *"Muito obrigado, Presidente. Respondendo diretamente à questão, obviamente que nós vamos e estamos a trabalhar nesse dossier. Estamos a falar do investimento quer no campo do MAC (Moura Atlético Clube) quer do Amarelejense para o investimento em novos relvados sintéticos, nesses dois parques desportivos, que de facto estão degradadíssimos como todos nós sabemos e obviamente porque a prática futebolística, junto dos mais novos, é de extrema importância e o atual estado destes equipamentos, portanto, não só as lesões, se têm vindo a agravar durante a prática desportiva nesses equipamentos, como obviamente é importante reconverter, portanto, e dotar novamente estes parques desportivos, com dois relvados sintéticos, tanto nas devidas condições, porque estes já ultrapassaram em muito o seu tempo médio de Vida."*-----

-----Verificando não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação.-----

-----**Deliberado**, por maioria, com vinte e um votos a favor e duas abstenções, aprovar a proposta de Integração do Saldo de Gerência do exercício de dois mil e vinte e três, e a Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito e Orçamento para o ano de dois mil e vinte e quatro, apresentada pela Câmara Municipal de Moura.-----

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----O Senhor Presidente interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos. -----

-----Neste momento, verificou-se a ausência do Senhor Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador. -----

-----Após a interrupção dos trabalhos, o Senhor Presidente deu seguimento à sessão, informando que passariam ao ponto cinco da ordem do dia. -----

-----**5. Apreciação da Informação do Exmo. Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Moura, acerca da Atividade Municipal, bem como da situação financeira do Município e discussão e fiscalização da atividade da Câmara Municipal de Moura, respetivamente nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3, do artigo 14º e no n.º 1, do artigo 36º, do Regimento da Assembleia Municipal de Moura. (DOC.09/26)**-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Sobre o documento apresentado e em apreciação, a eleita Ana Farinho questionou o executivo se os problemas no tocante ao cais da Estrela já tinham sido resolvidos e solicitou informação sobre os atrasos que existiam na área de serviço de autocaravanas da Estrela.-----

-----Relativamente à transferência de competências na área social para as autarquias, não só de serviços e verbas, mas também de pessoas, a eleita Maria José Silva salientou existir preocupação de pessoas que estavam a laborar na área há alguns anos, fez com que as autarquias aceitassem essas pessoas de uma maneira não concreta e sem vínculo à autarquia, mas sim em prestação de serviço, fazendo com que existisse a necessidade de abertura de concursos de técnicos para executarem as funções. Seguidamente e de acordo com o resultado dos concursos quer de assistentes sociais, quer de técnicos superiores, comunicou que a sua preocupação se prendia com o facto de pessoas, que tinham vínculo com entidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

externas e laboravam no terreno com as famílias, poderem vir a ficar desempregadas por não terem ficado abrangidas no concurso. -----

-----Ainda sobre a transferência de competências e sendo que era uma questão bastante pertinente no quotidiano e na comunidade do concelho, no tocante à violência doméstica e uma vez que a mesma estava contemplada no decreto-lei n.º 02, de 24 de janeiro de 2018, na sua atual redação, a eleita Natália Pão-Duro gostaria de saber se as técnicas afetas à respetiva área que efetuavam os encaminhamentos e atendimentos, tinham formação de técnico de apoio à vítima e se existiam contatos com as entidades envolvidas sobre violência doméstica na rede nacional de atendimento a vítimas de violência doméstica ou não. -----

-----Antes de mais, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, não só lamentava o horário em que as sessões da Assembleia Municipal decorriam, como não compreendia o porquê de as mesmas não terem início às 21H00 como era antigamente. Seguidamente e no tocante à recolha de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) informou que a mesma continuava a não ser suficiente pois o lixo para além de se acumular durante vários dias, a recolha não era efetuada em todos os contentores, situação essa que era necessário resolver. Quanto à colocação de papeleiras e dado que o processo já decorria há cerca de dois anos, questionou em que ponto de situação se encontrava a referida situação. Prosseguindo, aludiu que das comemorações do cinquentenário do 25 de abril, fazia parte do programa a entrega de cravos em todo o concelho, contudo e porque não deve conhecimento que tal entrega tivesse sido efetuada, inquiriu se a mesma foi realizada em Sobral da Adiça. Prosseguiu, referindo que muito se falou de contas certas e tesouraria sólida, disse que se mencionou que não havia comparação possível e se aludiu à dificuldade da CDU aceitar as contas do município, no entanto, salientou que a Junta de Freguesia efetuou um pedido de apoio para a realização da Semana Cultural, apoio esse que apenas foi atribuído 50% do solicitado e o qual não era suficiente, pois como era do conhecimento do executivo, o equipamento necessário para a realização do evento tinha sofrido um aumento e se a junta não tivesse também um apoio financeiro do município, a realização do respetivo evento era impossível de concretizar, pelo que gostaria de saber o porquê de não existir um apoio efetivo por parte do município. Ainda sobre o

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



apoio solicitado e da proposta alternativa apresentada pela coligação em Reunião de Câmara, proposta essa em que o valor era ligeiramente mais baixo que a proposta da Junta de Freguesia, questionou o porquê de a referida proposta ter sido rejeitada por maioria e não se ir mais longe no tocante aos apoios que eram solicitados pelas freguesias. Continuando e porque a autarquia falava em ser mãe adotiva, alegou que as juntas de freguesia também não se importavam de o ser para que a situação das freguesias melhorasse e o atual executivo ao falar acerca das prestações de contas, parecia que se vivia perante uma gestão perfeita e que antigamente nada era efetuado, contudo, era necessário não esquecer a obra da Ribeira da Perna Seca, obra essa que foi executada com fundos do município e a qual era valorizada pela população da freguesia, pelo que não valia a pena estar-se constantemente a reviver o passado, mas sim projetar o presente e o futuro. Outra situação que preocupava e que tinha que ser repensada, era a limpeza interior da Ribeira da Perna Seca porque para além de ser um trabalho inglório, não valia a pena gastar-se milhares de euros, para que após alguns meses estivesse tudo igual. Por último, reportou que tal como a Câmara Municipal realizava a Feira da Vinha e do Vinho em parceria com a Junta de Freguesia de Amareleja, o porquê de não efetuar parceria com as restantes juntas, de modo a enaltecer e engrandecer aquilo que era a atividade cultural, naquele caso em Sobral da Adiça, e ajudar quem lá exponha os seus trabalhos e principalmente as comissões de festas. --- -----

-----No uso da palavra, a eleita Maria Fialho Cabrita começou por parabenizar a autarquia pela maneira como decorreram e vinham a decorrer as comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril, pois para além de ser um marco histórico, o executivo não só conseguiu agregar associações, escolas em que a temática foi incluída no plano anual de atividades para que todas as crianças e jovens conseguissem perceber o que foi o 25 de abril e o que aconteceu em mil, novecentos e setenta e quatro, como também envolveu vários parceiros. No que dizia respeito ao documento em apreciação e tal como já havia sido dito, o Concelho de Moura foi o município da CIMBAL que registou a maior taxa de execução a nível de projetos de investimento territorial integrado e cofinanciados pelo Alentejo 2020, pois do montante inicialmente previsto no valor de dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

euros, foram executados cerca de quatro milhões, seiscentos e noventa mil e noventa euros, continuando-se assim com projetos concretizados, como era o caso do Centro Escolar dos Bombeiros Voluntários, da Conservação das Igrejas de São João Batista e de Santo Aleixo da Restauração, da requalificação da Torre do Relógio de Amareleja, o Parto Quente que já apoiou noventa e sete famílias, cento e noventa e sete beneficiários e que atualmente apoiava vinte e dois agregados e trinta e oito beneficiários, os fins-de-semana gastronómicos, o projeto do Castelo até Pisões, as Ruas que Falam, o Caminho de Fernão Teles, a Estação Náutica de Moura, o Trail, o triatlo e a transferência de competências na área Social e da Educação. Seguidamente, lembrou que da questão que efetuou, ainda não tinha obtido resposta. Por último, inquiriu o executivo quando seria inaugurada a Praia Fluvial e em que ponto se encontrava a situação sobre o novo Centro Escolar Norte. -----

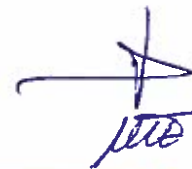
-----Indo de encontro às questões colocadas, o senhor Presidente da Câmara disse: *“Bem começando pela Ana Maria e no que toca, portanto, ao cais da Estrela, a situação em termos da manutenção e dos ajustes quase diários que se têm que fazer já estão por nossa conta, portanto, que o equipamento que está associado ao cais, já está por nossa conta, temos também um compromisso com a associação de moradores, quando há uma evolução muito rápida, portanto na Albufeira obviamente que mexa com o equipamento, somos também logo avisados no sentido de obviamente anteciparmos e melhorámos a localização do equipamento, portanto a situação está estabilizada. Quanto à área de serviço de autocaravanas, a obra está praticamente pronta, mas o que falta, o empreiteiro está com alguma dificuldade em arranjar no mercado, neste momento, os controladores de acesso, portanto, basicamente é o que falta, e não é só na da Estrela, é na da Estrela e naquela que está na estação náutica, na Barragem. Posso também adiantar que depois, temos que receber a confirmação da parte da associação de moradores que estávamos autorizados a fazer a questão da construção do campo de jogos, o parque infantil em junho, deverá ser lançado o procedimento no sentido de avançarmos para a construção do parque infantil, reunimos aqui com a Associação de Moradores, estivemos a conversar sobre os equipamentos, a colocar, e a situação está obviamente harmonizada, portanto entre todos. Quanto aos concursos, na área social, Maria José voltando aqui um bocadinho atrás, eu gostava de*



vos lembrar que foi o Centro Infantil que na altura entendeu que não devia continuar com o protocolo, todos sabemos isso e logo aí criou-se um problema e, obviamente, a Câmara acolheu esses técnicos, e eu concordo com a Maria José, tem esse capital de experiência, têm de facto essa ligação importante com as famílias e com as pessoas, nisso estamos todos de acordo, portanto não há ninguém nesta sala que não esteja de acordo, mas também temos que concordar que temos um concurso aberto e o concurso está a decorrer, está a fazer o seu caminho e eu também não tenho dúvidas nenhuma, isto é apenas uma opinião pessoal de pessoas que têm esse capital de experiência que têm de facto, esse acompanhamento feito há muitos anos, obviamente terão boas condições para, no âmbito do concurso, fazerem o seu caminho, portanto é um concurso e as pessoas no âmbito do concurso, obviamente têm que fazer aquilo que lhe compete fazer, ser melhor com os outros, agora aconteça o que acontecer não tenho dúvidas nenhuma que as pessoas que forem integradas vão dar o melhor de si, se houver pessoas que não façam parte da equipa, o que vai acontecer é que essas pessoas terão que fazer o seu caminho, aprender, prepararem-se e obviamente fazer de facto aquilo que lhe compete fazer que é, tornarem-se os melhores técnicos quando possível e dar o melhor acompanhamento às famílias. Agora temos que ser honestos, é um concurso e os concursos são para levar a sério. Quanto à questão que a Natália estava a colocar sobre a violência doméstica. Olha Natália, então é assim, os técnicos têm vindo a fazer formação, estamos também a procurar formação complementar para estes, portanto, no sentido de obviamente esses técnicos terem a maior capacitação quanto possível para lidarem com as famílias e com estas problemáticas que, são da maior preocupação para todos nós e quanto mais sólida for a formação dos nossos técnicos, maior é a capacidade para se responder e apoiar essas famílias, desse trabalho a Lurdes depois também pode complementar, mas há essa formação contínua, há esse reforço das condições com que os técnicos, a título pessoal e enquanto equipa, têm vindo a fazer e não tenho dúvidas que obviamente vão continuar a prestar um grande serviço em termos comunitários. Quanto às questões colocadas pelo Bruno, no que toca à recolha do lixo. Na semana passada tivemos avaria em dois carros e isso causou constrangimentos na recolha do lixo, e isso obviamente, também prejudicou a recolha em Sobral da Adiça. Depois, também não é menos verdade aquilo



que o Bruno disse, porque muitas vezes recolhemos o lixo nas zonas de recolha e passado uma hora, duas horas temos monos, temos tudo e mais alguma coisa nesses contentores. Eu lembro que há aqui uma questão em termos de cidadania, que é importante que nós continuemos a perseguir, porque as juntas recolhem monos, as juntas recolhem até manguinhas de agricultura, até manguinhas da rega, muitas das vezes até as cordas de material associado à agricultura, e toda a gente sabe que esse tipo de materiais deve ser recolhido por empresas da especialidade, e devem ser devidamente registadas, porque disso que faz parte o trabalho que se faz ao nível da gestão do trabalho agrícola. Mas ainda há relativamente pouco tempo, foi inaugurado o Ecocentro, esta parceria entre a Resialentejo e a Câmara Municipal e o que é certo, é que muitas das coisas que nós verificamos nas ruas, seja nas freguesias, seja na sede de Concelho, há coisas que não devíamos ver nos tempos que correm e de facto, o que é que nós vamos continuando a fazer, a recolher. Já tivemos situações, em que algumas pessoas foram registadas, e foram pagar as respetivas coimas, porque obviamente há comportamentos que não se podem ter, por exemplo, e já aconteceu com alguma frequência, portanto, colocar-se RCD's dentro dos contentores do lixo, não só os partem como avariam as prensas dos camiões do lixo. Portanto, acontece muitas coisas desta natureza e obviamente temos que entre todos, cooperando e ir fazendo o nosso melhor e nem sempre o nosso melhor chega, porque há quem quer sujar, às vezes é mais rápido do que nós a recolher, porque depois de nós recolhermos aparecem as coisas nas ruas e junto aos ecopontos. Sobre a questão das papeleiras, eu vou ver isso, o Hélder Feliciano depois há-de dar notícias amanhã, vamos ver como é que está essa questão das papeleiras. Confesso que neste momento não tenho aqui essa informação, não a consigo passar. Quanto à entrega de Cravos do 25 de Abril, eu recordo-me e obviamente a Lurdes corrigir-me-á certamente, penso que aquilo que estava previsto de entrega de cravos em todo o Concelho, era ao nível das escolas no início do ano letivo e foi isso que nós fizemos, no início do ano letivo, que foi a entrega dos escravos nos estabelecimentos de ensino junto das nossas crianças e estudantes e foi feito, de facto, em todo o Concelho, até porque foi a primeira atividade logo no início do ano letivo. Sobre a questão da Semana Cultural e o valor, eu penso que o valor estava em linha com outros anos e a Lurdes explicará isso melhor, portanto,



sobre a proposta que foi a reunião de Câmara, independentemente de obviamente nós aqui, acolá nestas ou noutras iniciativas, obviamente melhorámos o compromisso entre todos e apoiámos mais, e o importante também nisto é que não nos podemos esquecer que ao longo do ano nós temos muitas iniciativas em conjunto, temos muitas situações em que cooperamos, algumas até acabam por ser surpresa Bruno, e o próprio Presidente acabou de dizer há bocado, não era uma expectativa de facto a fazer aquele investimento nos postos da GNR e nós entendemos entre todos, agarrámos de facto esse compromisso entre todos e o que é certo, é que essa parceria foi feita e nessas como em outras circunstâncias, Bruno, obviamente estaremos sempre disponíveis para conversar e obviamente, para nos entendermos nesta e outras circunstâncias com todas as Juntas de Freguesia, portanto, quanto a isso, penso que fomos claros. Quanto às questões que a Maria Fialho colocou, nas comemorações do 25 de Abril, foi uma construção através da Comissão que foi constituída e tentou tocar todos, os estabelecimentos de ensino agarraram muito bem este processo e os dois agrupamentos de facto foram excecionais na forma como conseguiram mobilizar os alunos e há aqui uma palavra importante para o movimento associativo, para as filarmónicas que também desenvolver muita atividade neste período, é bom que não esqueçamos que as comemorações vão decorrer ao longo do ano, há atividades que vão continuar a desenvolver-se e estou certo que faremos a seu tempo a devida análise de como é que as comemorações desenrolaram, se desenrolaram e como é que as coisas correram mas, por exemplo, aqui na Feira do Livro, como nas atividades que já desenvolvemos, há uma riqueza muito grande, na qualidade das iniciativas e honra seja feita a todos aqueles que obviamente, através das associações, através das instituições escolares e através de todos os parceiros têm vindo a desenvolver essas iniciativas. Sobre o Centro Escolar, o outro centro escolar, o Centro Escolar Norte, há bocado tínhamos falado nisso, o programa está validado pela DGESTE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) e obviamente vamos preparar todo o processo para lançamento do concurso para o desenvolvimento do projeto." -----

-----Ainda sobre a intervenção da eleita Maria José Silva acerca do processo de transferência de competências na Área Social, a vereadora Lurdes Balola referiu que era também uma preocupação para a autarquia o facto de existir uma equipa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

estruturada que tinha conhecimento, forma de organização, estava consolidada, tinha efetuado o seu caminho no sentido de alterar algumas situações que eram menos válidas, mas que conseguia realizar o trabalho, contudo, era satisfatório perceber-se que a técnica que se encontrava com o apoio à vítima, tinha a sua formação e percurso efetuado e para além de ser uma área muito sensível em que existia uma relação afetiva e profissional com as pessoas que chegavam, era uma situação e processo que preocupava, pois a constituição da equipa poderia vir a ser alterada, no entanto a mobilidade era uma realidade incontornável e todos sabiam as consequências dos concursos, concursos esses que eram processos válidos e legais, mas acima de tudo aguardava-se que a equipa que surgisse do respetivo concurso fosse a melhor resposta para a comunidade. No tocante à questão colocada pela eleita Natália Pão-Duro, reportou não haver apenas uma formação específica, nomeadamente no atendimento de primeira linha a vítimas de violência doméstica, como também havia uma articulação com todas as entidades da comunidade, nomeadamente, o Núcleo de Inserção Social, O Centro de Saúde, os Agrupamentos, a ADCMoura (Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura), a Comoiprel (Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada), o Centro Infantil, a Segurança Social, entre outras, realçando que posteriormente todos os processos de confidencialidade tinham uma relação próxima com a PSP, a GNR, o próprio NAV (Núcleo de Apoio à Vítima) e o Ministério Público. Relativamente à questão dos cravos, comunicou que todos os anos a autarquia contava com as Juntas de Freguesia do Concelho na aquisição dos mesmos, pelo que não sabia se o Presidente da Junta de Freguesia se estava a referir a mencionado ou a outro momento que considerasse ser pertinente. ----

-----Sobre o assunto dos cravos, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça indicou pensar que haveria uma distribuição de cravos, contudo ficou esclarecido que a referida distribuição tinha sido a inicial, na qual acabou por participar. Sobre a Semana Cultural e o apoio solicitado, transmitiu que a junta retirou a montagem dos stands e mais algumas coisas, por achar que poderia contar com um apoio mais financeiro que logístico, apoio esse que seria importante para o evento porque o mesmo se teria de realizar. Para finalizar solicitou à autarquia para que a



mesma não se esquecesse da situação da Ribeira da Perna Seca, a nível da sua limpeza na área habitacional. -----

-----Quanto ao horário das sessões da Assembleia, o senhor Presidente da Assembleia mencionou não ser por questões pessoais, mas sim porque na sua opinião as sessões deveriam iniciar e terminar no mesmo dia em que eram marcadas, pelo que o horário mais adequado era às 20 horas, acrescentando que existia sempre tolerância para quem chegava após o horário de início das sessões. -----

-----Dado que foi referido que o Matadouro se encontrava na atual situação porque tinha sido efetuada uma primeira fase, o eleito José Pós-de-Mina mencionou constatar-se que na informação em apreciação o mesmo tinha dito durante os meses de fevereiro, março e abril, cerca de oitocentos e noventa e sete visitantes. Continuando e porque na sessão transata da Assembleia Municipal foi objeto de análise, era a situação em que o Presidente da autarquia emitiu despacho num processo que por ter ligações de natureza familiar não o deveria ter emitido, situação essa que após ter sido questionada, foi reanalisada em Câmara tendo esta deliberado anular ou refazer a deliberação com base no parecer de um consultor jurídico com que a autarquia teria efetuado uma aquisição de serviços e suportado o custo de respetivo parecer, contudo e após os vereadores da CDU terem suscitado a questão com um pedido de um parecer jurídico exterior de outra entidade, a mesma não foi aceite, logo solicitou que o executivo clarificasse a situação e questionou o senhor Vice-Presidente se a autarquia se sentia totalmente confortável com a respetiva situação e caso se sinta confortável se não haveria nenhum problema de a mesma poder vir a ser apreciada pelo Ministério Público. -----

-----A eleita Helena Pais, no uso da palavra e relativamente ao Ponto da Ordem do Dia sobre a prestação de contas, salientou não ter solicitado a palavra na altura por achar que as considerações efetuadas, nada tinham a ver com o ponto. Quanto à intervenção do eleito José Galego, afirmou ser verdade de ter sido eleita para o atual mandato e nunca tinha sido anteriormente candidata, mas de momento o eleito também apenas tinha sido eleito para o mandato em exercício e se sabia quais eram as competências realmente do órgão deliberativo e quais as competências dos eleitos do qual faziam parte, acrescentando que o eleito ao assumir que não tinha



competências para assumir as competências para as quais tinha sido eleito, estava a defraudar todos os eleitores. Prosseguindo, realçou não competir ao atual órgão analisar as contas do passado da CDU, anteriores a dois mil e dezassete. Quanto à questão colocada pela eleita Maria Fialho Cabrita, comunicou que a CDU não teria uma atitude submissa tal como o Partido Socialista teve relativamente à aceitação das competências na área da Educação, pois a coligação só aceitaria e faria toda a pressão para assumir realmente as competências e não apenas os encargos financeiros, acrescentando que mesmo tendo que suportar os encargos financeiros, faria toda a pressão para que as verbas que fossem transferidas do governo para a autarquia, fossem suficientes para fazer face às despesas da educação e não olharia para a educação tal como o executivo camarário olhava, que era na gestão do dia-a-dia, dado que a educação era algo que tinha que ser olhado de forma abrangente e de forma articulada, quer com a cultura, quer com a área social. Prosseguindo, agradecia que o executivo não lhe colocasse palavras na boca, pois clarificou não estar contra a melhoria nas escolas, mas sim que para se melhorar uma escola se encerrassem outros estabelecimentos escolares e se deixasse de olhar para os interesses da população. De seguida, informou os eleitos que tinha todo o orgulho do passado da CDU e em ser eleita da coligação, pois revia-se em tudo que era trabalho, efetuado no passado, de grande mérito da CDU. Sobre as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril e de acordo com a comunicação do senhor Presidente da Câmara Municipal ao dizer que *"o município de Moura e a Comissão Organizadora das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, em estreita colaboração com os agrupamentos de Escola de Moura e Amareleja, iniciaram desde cedo junto da DGESTE, o procedimento para a inclusão da temática de 25/04/1974 no programa letivo para o ano em curso."*, refletia a sua maneira de estar, pois não só não fazia aquilo que lhe competia, como trazia para si o mérito daquilo que era efetuado por outros, porque ao referir ter sido a comissão e o município que junto da DGESTE exerceu influências junto das escolas para que a temática fosse laborada no seu programa educativo, era ridículo porque a temática sempre tinha sido trabalhada ao longo dos anos, fazia parte dos programas curriculares e todas as escolas em todo o país trabalhavam a referida temática. Continuando, observou não saber onde a autarquia tinha mobilizados recursos próprios, pois não



mobilizou a Comissão Organizadores dado que ninguém se apercebeu, não houve um programa apresentado pela comissão, não foram mobilizados outros agentes como foi dito, não se verificou que o movimento associativo e outros agentes tivessem elaborado e concretizado um programa conjunto amplo e diversificado de iniciativas que evocassem a memória de uma revolução como a mencionada e que permitissem uma reflexão sobre aquilo que se queria para o futuro do concelho, acrescentando que o primeiro de maio estava muito próximo e que até ao momento não havia uma iniciativa programada de reconhecimento das lutas dos trabalhadores que resultaram daquilo que tinha vindo do 25 de abril ou das lutas que os trabalhadores fizeram por uma sociedade mais justa, ou até mesmo dos direitos que foram conquistados, pelo que a CDU lamentava o programa minimalista apresentado e promovido pela autarquia ocorrido no concelho. Para finalizar e além de lamentarem a completa ausência de iniciativas na comemoração do 25 de abril, a CDU também lamentava que no âmbito dos dez anos da classificação do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), não existisse qualquer iniciativa, até ao momento, de comemoração da respetiva data, porque como todos sabiam, o Cante Alentejano era a expressão do povo, era aquilo que refletia a nossa identidade, a identidade do Alentejo, a identidade de Moura e a história da nossa comunidade, logo entendiam que as comemorações deveriam assumir um carácter de grande relevância, relevância essa que até à data não existia. -----

-----Relativamente à questão da Praia Fluvial em construção e de acordo com informações obtidas, o eleito Gabriel Ramos comunicou que a mesma tinha ficado total, parcial ou substancialmente submersa, logo e no sentido daquilo que foi transmitido à coligação, inquiriu a Câmara Municipal sobre o porquê de tal situação ter ocorrido, se já tinham quantificado os prejuízos devido à infraestrutura e as obras já realizadas terem ficado submersas e para quando se previa a conclusão da respetiva obra. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o eleito Rui Rodrigues referiu ter ficado estupefacto por terem mencionado que alguém não dominava determinado conhecimento por nunca ter estado anteriormente na Assembleia e que se fosse esse o caso também não deveria estar como eleito. Seguidamente e no tocante à Educação



fica admirado como se pode falar mal da educação e das escolas quando a eleita detinha de um cargo intermédio da direção na escola, bem como a sua família detinha de cargos superiores no estabelecimento, questionando assim o porquê de a eleita não melhorar o que achava estar mal.-----

-----Novamente no uso da palavra, o eleito António Gomes concordava com a eleita Helena Pais ao dizer que estavam ali como eleitos e tinham sido eleitos para avaliar tudo aquilo que dizia respeito ao atual mandato porque aquilo que a CDU tinha efetuado anteriormente já tinha sido avaliado em dois mil e dezassete quando os eleitores do Concelho lhe deram a maior derrota que a coligação tinha dito a nível eleitoral, no entanto, nunca deixariam de chamar à atenção para aquilo que consideravam ser uma incoerência quando utilizavam critérios completamente inversos daqueles que usavam na altura, frisando que não iriam abdicar de chamar à atenção sobre aquele tipo de incoerências que existiam.-----

-----No uso da palavra, a eleita Diamantina Escoval expressou o seu agrado por ter sido alcançado a estabilidade funcional da CPCJ de Moura (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Moura), podendo a respetiva comissão dedicar-se à prevenção e aos processos de proteção das crianças e jovens do Concelho, que eram a prioridade, contudo e devido ao volume de processos e pela problemática quer do abandono, quer pelo absentismo escolar, expressavam a preocupação de a mesma estar a ser “desfalcada” no que dizia respeito ao seu representante de educação, por inerência da situação de baixa prolongada e de o ministério não observar no respetivo representante a sua substituição.-----

-----A eleita Helena Pais, usou novamente da palavra transmitindo que não baixaria o nível que deveria ter no órgão deliberativo, no entanto, ficava contente de o eleito Rui Rodrigues ter admitido que não deveria estar como eleito na Assembleia Municipal. Quanto à segunda afirmação que o Presidente efetuou, referiu que a mesma não merecia qualquer resposta da sua parte.-----

-----Respondendo às questões colocadas, o senhor Presidente da Câmara disse: *“Muito obrigado Senhor Presidente. Começando pela intervenção da Helena, eu já percebo porque é que obviamente nós estamos no caminho certo, porque de facto, basta ver as declarações da Helena sobre tudo aquilo que nós fazemos na área da*



Educação para percebermos que o caminho que nós estamos a percorrer é o caminho mais acertado, porque dê-se as voltas que se der, nunca faremos nada que vá ao encontro das suas expectativas, portanto, parto sempre do princípio Helena, que a senhora é que está errada porque não tem a capacidade para reconhecer nos outros também algum mérito no trabalho que desenvolvem, portanto, o maior elogio que a senhora nos pode fazer é de facto, a intervenção última que fez, porque, e acho que nós vamos continuar a contrariar, vamos continuar a fazer bem o nosso trabalho, vamos continuar, claro a defender a escola pública com unhas e dentes dentro das nossas competências, obviamente não fazemos tudo bem, e isso é óbvio e reconhecemo-lo, mas o maior elogio que a senhora pode dar é a forma vincada, muitas vezes quase frustrada, portanto, com que se dirige a nós em matéria de Educação, e se calhar no que toca portanto, a efemérides, queremos comemorar mais coisas e penso que sim, nós não, embora tenhamos muitas atividades, muitas iniciativas, se calhar temos que comemorar também o vinte e cinco de Novembro, tal como comemoramos o vinte e cinco de Abril, temos que comemorar ao longo do ano um conjunto de efemérides, que de facto, devolvam à nossa Comunidade, a importância dos momentos mais relevantes da nossa história nacional e se calhar, temos que pensar muito seriamente nisso. Agora eu volto a dizer a mesma coisa no que toca às comemorações do 25 de Abril, foi de facto, feito um trabalho extraordinário da parte de toda a gente na preparação da programação, toda a gente se envolveu, também não esperava que a senhora estivesse de acordo e também não esperava que achasse que a programação era excepcional. É aquela que nós conseguimos construir com o trabalho de todos e com o investimento do município de Moura, mas eu não esperava outra coisa vindo da senhora que não fosse isso, portanto, como é óbvio, olhe, vamos continuar assim discordando. Eu penso que isso também é salutar, porque vivemos em democracia e não podemos ter medo da democracia. Quanto à praia a banhos Gabriel, estão todas a banhos, de facto, estamos a falar da Albufeira de Alqueva, estamos a falar de uma Albufeira que obviamente oferece este tipo de comportamento. Temos períodos de seca em que não chove em que a pluviosidade é escassa e aconteceu nos últimos anos e isso obriga a que os municípios que têm praias na Albufeira, façam o seu trabalho de reposição de areias e de preparação da época balnear. Nós vamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

iniciar a nossa a dezanove de Junho com a presença do Secretário de Estado do Turismo, que há bocado, portanto, confirmou a presença dele não só para obviamente para presidir tanto a inauguração da Estação Náutica, mas também para reunir connosco para nos debruçarmos sobre questões que estão na ordem do dia, no que toca a nós e que foram sempre questões que nós temos vindo a perseguir, como por exemplo, a questão do Convento do Carmo, portanto, é para inaugurar, ele propôs ou dezanove de Junho, ou vinte e seis de Junho, mas para nós é o quanto antes e neste caso, será a dezanove de Junho.” -----

-----Indo de encontro à intervenção do eleito José Pós-de-Mina relativamente à questão do processo de direito de preferência, o vereador José Banha frisou ser um pedido de direito de preferência com três prédios pertencentes a um familiar do senhor Presidente da Câmara, pedido esse ao qual a autarquia apenas tinha oito dias para tomar uma posição, contudo, aquilo que chegou para despacho do Presidente tinha sido uma informação técnica da chefe de divisão a propor o não direito do exercício de preferência entre ambas as partes, tendo sido posteriormente apresentado em Reunião de Câmara para ratificação. Continuando e quando da ratificação do documento em Reunião de Câmara, informou que não só verificou que o senhor Presidente da autarquia não poderia votar, como também existia uma situação que perante a lei, a questão familiar, não era clara, tendo o documento sido deliberado por o restante executivo camarário. Seguidamente e tendo a questão sido levantada em Assembleia Municipal sobre a possibilidade de se incorrer nalguma pena, o executivo solicitou a uma entidade externa, a qual achavam que era capacitada e conhecimento sobre a questão do CPA (Código de Procedimento Administrativo), a Abreu Advogados, um parecer sobre o assunto, parecer esse que proponha haver uma alteração ao despacho do Senhor Presidente da Câmara, passando esse despacho a ser do Vice-Presidente, acrescentando ter sido efetuada a alteração na deliberação e alvo de nova votação camarária. Para finalizar informou que da conversa com os advogados sobre a matéria em apreciação, ficou tudo esclarecido e tal como o eleito José Pós-de-Mina referiu de a autarquia estar sujeita ou de se avançar com qualquer procedimento, reportou que a Câmara estava tranquila em relação ao processo em causa. -----

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



-----No âmbito do que foi mencionado pelo eleito José Pós-de-Mina e pela eleita Helena Pais acerca do Matadouro, a vereadora Lurdes Balola afirmou que nos últimos três meses o espaço tinha recebido mais de quinhentas pessoas, pois tratava-se de um espaço que estava a ser devidamente explorado pela equipa técnica, quer ao nível das escolas, quer ao nível da comunidade, quer ao nível de quem visitava o concelho, contudo, o Matadouro apresentava problemas derivados de uma obra inacabada, nomeadamente, não existir um espaço para guardar o acervo histórico, a própria exploração da parte educativa estava limitada, de o espaço exterior não estar aproveitado, de não existirem WC's no referido espaço a funcionarem, obra essa que desde o início deve uma má condução. Quanto ao Cante Alentejano, indiciou já terem sido desenvolvidas diferentes atividades, houve uma palestra sobre a folclorização do cante, houve a reativação do grupo do Cante de Moura por via de convite efetuado para a Feira do Livro, decorreu uma palestra de comemoração dos dez anos de Cante Alentejano e existia o projeto e material que o quinto ano iria tratar do tema da poesia e do levantamento de poemas que iria tocar o Cante Alentejano dado que fazia parte da nossa cultura e da nossa história, acrescentando já haver trabalho efetuado e muito mais se iria efetuar por se tratar de uma temática que todos acarinhavam.-----

-----No que dizia respeito ao Matadouro e dado que estavam identificados os problemas, o eleito José Pós-de-Mina salientou o porquê de o atual executivo camarário ainda não os ter resolvido, pois tinha sido efetuada uma primeira fase ter-se avançado com a segunda fase, fase essa que o executivo PS tinha optado por não efetuar sendo sua a responsabilidade do estado em que o edifício se encontrava. Ainda sobre as comemorações do 25 de Abril e sobre a afirmação efetuada pelo Presidente da Câmara acerca das comemorações do 25 de novembro, mencionou não se surpreender que a maioria PS e Chega viesse a assinalar o 25 de novembro. Relativamente à Sessão Solene que assinalou o 25 de Abril, a coligação discordou de alguns aspetos quanto ao formato da sessão, contudo e ao analisar a lista de presenças em todo o mandato, tinha sido a Assembleia Municipal menos participada, no entanto, não entendia a intervenção do Presidente em assinalar datas marcantes porque existiam datas importantes na sequência do 25 de abril, como era o caso do 11 de março que foi uma data importante do ponto de vista do avanço do processo tal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

como o 28 de setembro e o 02 de abril, acrescentando que se havia datas importantes do ponto de vista do 25 de abril, era o 25 de abril de 1974, o 25 de abril de 1975 quando se efetuaram as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte, o 02 de abril de 1976 com a aprovação e homologação e entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa e o dia 25 de abril de 1975, data em que foram as primeiras eleições para a Assembleia da República e posteriormente o funcionamento e normalização do funcionamento das instituições. Por último, gostaria que lhe fosse explicado, do ponto de vista das motivações que houve, exatamente o que ocorreu no dia 25 de novembro. -----

-----Face ao documento em apreço e novamente no uso da palavra, a eleita Natália Pão-Duro colocou várias questões, nomeadamente, em que ponto de situação se encontrava a obra da ponte sobre o Alcarrache entre a Póvoa de São Miguel e Mourão, para quando estavam previstas as obras necessárias na Ludoteca, quer no Pólo de Amareleja, quer na Ludoteca de Moura, a nível da conservação e reparação do respetivo espaço uma vez que o ano letivo estava prestes a terminar e a Ludoteca era um espaço que acolhia cerca de seiscentas crianças mensalmente. Quanto à cobertura do Recreio do Jardim de Infância do Fojo e uma vez que tinha sido solicitado à cerca de três anos e que até à data não tinha havido qualquer intervenção, gostaria de saber para quando a situação ficaria resolvida. -----

-----No âmbito dos caminhos municipais e da degradação de estradas e sendo que a CDU já se tinha pronunciado várias vezes sobre o assunto, colocando a respetiva necessidade e alertando para pavimentações e arranjos naquela área específica, e sendo que era uma competência da própria autarquia, a eleita Ana Farinho perguntou se a Câmara detinha o levantamento das necessidades e se detinha algum plano de intervenção para acorrer àquelas situações que ano após ano, se iam degradando em vários locais do Concelho. -----

-----O eleito Gabriel Ramos, solicitou que a última intervenção do senhor Presidente da Câmara ficasse em ata transcrita na íntegra, pois nunca pensou ouvir um militante do Partido Socialista, autarca e Presidente de uma Câmara proferir aquilo que tinha proferido há instantes. Continuando e no âmbito dos acordos de parceria assinados com o Agrupamento de Escolas a propósito do Programa CLDS-4G, gostaria



de saber se existia algum encargo financeiro para o município. Por último e porque existia uma certa instabilidade ao nível das chefias de divisão em que ocorria entrada e saída ou a não permanência durante muito tempo como chefes de divisão, salientou ser uma preocupação que a coligação detinha a esse nível. -----

-----Quanto ao acidente com a árvore da partilha na passagem de ano e também o lançamento de fogo-de-artifício em vários locais, a eleita Helena Pais, em nome da CDU referiu serem assuntos que mereciam uma maior atenção por parte não só da Câmara Municipal, mas também dos serviços municipais de Proteção Civil, acrescentando que por entenderem que o relatório solicitado e que foi enviado não era suficiente, pelo que sugeriu que fosse elaborado um novo relatório.-----

-----Novamente no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara disse: *“Obrigado, Senhor Presidente. Ora bem começemos pela Natália em relação ao ponto do Alcarrache, estamos assim, os municípios de Mourão e Moura, portanto, obviamente têm feito um trabalho conjunto porque a ponte é pertença dos dois municípios, fizemos conjuntamente uma análise do tráfego e do tipo de tráfego que a ponte tem, vamos fazer de igual forma e nos mesmos termos uma avaliação técnica, portanto, do estado da ponte e obviamente vamos solicitar ao Senhor Ministro da tutela que há imagem do que fizemos, portanto na altura com o então Ministro Pedro Nuno Santos, sejamos recebidos pela tutela. Tudo isto para dizer o quê, que aquela ponte foi construída no âmbito do estabelecimento das acessibilidades, no âmbito do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, portanto, faz sentido que o Estado se envolva na manutenção dessa obra de arte, aquilo que nós queremos, de facto, é isso mesmo, é que se resolva porque só com o dinheiro dos municípios é difícil manter, aquela obra de arte. De igual forma e falando, e já que estamos a falar em vias e dando obviamente resposta àquilo que a Ana tinha dito, eu relembro de uma coisa e já vos tinha aqui transmitido, e que a seu tempo foi ainda alvo também de conversa num Conselho Intermunicipal da CIMBAL, na altura era a Ministra Ana Abrunhosa, portanto, a titular da pasta, que estava em curso a preparação de uma linha BEI para que os municípios pudessem, obviamente, investir com alguma solidez na recuperação de estradas municipais, caminhos municipais, obviamente para acelerarem esses processos, como é óbvio, agora vamos ter que falar com o titular da pasta e perceber*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

como é que está esse processo se essa linha BEI demora ou se não demora para que, obviamente também a esse nível, não se consiga acelerar processos e obviamente meter uma bolsa grande de caminhos e de estradas, onde possamos mais uma vez aí investir, obviamente com recurso a esse apoio. Temos, penso que a niveladora deve estar muito próxima, de ser devolvida ao município, portanto esteve a ser reparada e temos a equipa constituída no sentido de semanalmente, de segunda a sexta-feira, termos uma equipa só para intervir nos caminhos. Esse levantamento está feito, as freguesias também têm feito esse levantamento, quando tivermos o equipamento de regresso a casa, ele será utilizado da melhor maneira possível, portanto, procurando acima de tudo resolver muitos dos problemas dos nossos agricultores e das pessoas que lá vivem, no tocante aos caminhos e estradas municipais. Quanto à transcrição das minhas declarações, Gabriel, eu faço minhas as palavras aqui na Assembleia Municipal daquelas que fiz na Reunião de Câmara, que todas as minhas declarações até ao final do mandato fiquem registadas em ata na íntegra, portanto não tenho, e mais uma vez não tenho qualquer tipo de receio da democracia, não tenho qualquer tipo de receio das implicações que falar livremente sobre aquilo que eu acho que devo dizer e da forma como eu devo dizer, portanto, era só o que faltava, por algum motivo estamos a comemorar os cinquenta anos do 25 de Abril. Era só o que faltava que eu deixasse de dizer aquilo que penso, Gabriel, nunca na vida, portanto, muito menos agora aos cinquenta e um anos de idade, portanto, sou um livre-pensador, penso em função da minha própria consciência e com certeza que sim, que acho que o 25 de novembro devia ser obviamente comemorado. Quanto à questão do Matadouro, o José Maria Pós-de-Mina está enganado, está redondamente enganado porque foi lançado o concurso duas vezes e ficou deserto duas vezes. Portanto, o executivo tentou resolver o problema do Matadouro e obviamente dar por concluída aquela empreitada. Portanto, houve esse esforço, houve essa tentativa, obviamente, fica no deserto, não conseguimos dar seguimento a esse objetivo que também era o nosso. Quanto à árvore da partilha, penso que a informação era contundente, houve um incêndio, houve um senhor que lançou fogo-de-artifício, há um processo a correr no Tribunal, há um processo a correr nos serviços da Câmara e ao ter a sua conclusão obviamente, a César o que é de César, portanto, a informação é clara. A PSP fez o expediente,

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro



enviou também para os serviços do município e, obviamente, o Ministério Público fará aquilo que lhe compete na avaliação daquilo que se passou, portanto, não vejo que outra coisa que lhe possa dizer, portanto, a informação que foi enviada, portanto, é válida, é a informação que compete aos serviços do município prestar, e quanto a mim é um assunto que está encerrado, obviamente encerrado até o Tribunal se pronunciar e também nós sermos ouvidos, obviamente, portanto, certamente devemos ser ouvidos, porque em tudo o que são processos que envolvam equipamentos do município, bens do município, nós somos sempre ouvidos, não só pelas equipas que investigam os processos, mas também certamente havemos de chegar ao dia do julgamento com certeza, porque é isso que penso que poderá vir a acontecer, mas neste momento estamos apenas a aguardar que venham orientações do Tribunal.” -----

-----Embora houvessem mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os eleitos tinham que compreender que a forma como conduziam e efetuavam as questões era como se estivessem a “gozar” com quem estava na mesa da Assembleia, contudo, iria dar a oportunidade de efetuarem a última pergunta acerca do documento em apreciação, mas era importante que houvesse algum planeamento da parte dos eleitos para respeito não apenas de quem estava na mesa, como também dos restantes eleitos. -----

-----O eleito José Pós-de-Mina, transmitiu que não iriam efetuar mais nenhuma questão, no entanto, protestavam pela expressão que o Presidente da Assembleia utilizou perante a bancada da CDU, porque a coligação não estava ali para “gozar” mas sim para assumir na plenitude as suas competências, aditando existir um regimento que regulava o funcionamento do órgão deliberativo, órgão esse que funcionava por sessões e das quais poderia haver mais do que uma reunião, no entanto, se o Presidente da Assembleia queria limitar a discussão ou estabelecer minutos de intervenção bastava colocar no regimento e trazer o mesmo a discussão e votação, mas até que isso não fosse estipulado, não tinha competências para limitar a intervenção da coligação sob a forma como se organizavam ou efetuavam o alinhamento das suas intervenções, acrescentando que não se reviam naquele estilo e não admitiam aquele tipo de afirmação. Por fim citou que as questões que colocavam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

eram assuntos sobre os quais se refletiam, ponderavam e consideravam importantes e que a CDU estava em Assembleia para intervir e participar. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia, usou novamente da palavra mencionando que a forma como a CDU efetuava as questões, a forma como repetiam os assuntos não era digno e que dali para a frente qualquer assunto que fosse discutido uma vez, já não era discutido segunda vez, exemplificando que o atual ponto era mais discutido do que o ponto da Ordem do Dia acerca das contas da autarquia, frisando que a forma como o faziam era “gozar” com quem estava na mesa da Assembleia Municipal.-----

-----Continuando, o Senhor Presidente deu seguimento à sessão, informando que passariam à discussão e votação da tomada de posição apresentada pela CDU. -----

-----TOMADA DE POSIÇÃO “EM DEFESA DO CONCELHO DE MOURA” -----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Relativamente à tomada de posição, a eleita Maria Fialho Cabrita transmitiu que o Partido Socialista concordava no global com o que estava explanado no documento, dado que sabiam que todas as regiões do interior eram certificadas, mas não era apenas o Alentejo mas sim todo o interior que era transversal a todas as regiões. Continuando, informou haver pontos com os quais não poderiam concordar e informações que já tinham sido explanadas, explicadas e clarificadas na presente sessão, contudo, no parágrafo cinco ao dizer desinvestimento, até poderiam concordar mas o despovoamento do interior também tinha a ver com fatores demográficos. Quanto ao parágrafo sete ao referirem que o Centro de Saúde era insuficiente e era mencionada a falta de intervenção na degradação das suas instalações, tal como o senhor Presidente da Câmara já tinha indicado, foi realizado um investimento no Centro de Saúde, nos postos da GNR e da PSP, pelo que o que se encontrava referenciado no documento não correspondia à verdade. Prosseguindo e de acordo com o parágrafo décimo solicitou que a coligação explicasse o que queria dizer com o atraso das verbas necessárias para fazer face à construção de novos equipamentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

previstos. Para finalizar citou que após a CDU explicar os pontos mencionados, poderiam proceder com a votação da tomada de posição apresentada.-----

-----Verificando não haver inscrições e explicação ao solicitado, o Senhor Presidente informou que passariam à votação. -----

-----**Deliberado, por maioria, com oito votos a favor, catorze votos contra e uma abstenção, não aprovar a proposta de Tomada de Posição "Em Defesa do Concelho de Moura", apresentada pelos eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária.**-----

----- APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (**DOC.10/26**), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada por unanimidade**, foi assinada, pelo Presidente José Domingos Negreiros Velez e pela Segunda Secretária, Marisa Isabel Rodrigues Moita Ferreira. -----

----- ENCERRAMENTO DA SESSÃO -----

-----Eram zero horas e vinte minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e quatro, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Carina Patrícia Ceriaco Quintas, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Senhora Segunda Secretária. -----

----- O Presidente, -----

----- A Segunda Secretária, -----

Ata N.º 26 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro